RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA CNDHC

2020

ÍNDICE

Índice

Mensagem da Presidente da CNDHC ----------4

Introdução ----------5

Breve Apresentação da CNDHC ----------7

Recursos Humanos ----------9

Atividades Realizadas em 2020 ----------13

Cooperação e Parcerias ----------38

Missões Internacionais ----------43

Outras Atividades ----------47

Comunicação e Imagem ----------54

Execução Financeira ----------58

Conclusão ----------63

Anexos ----------65

Contactos ----------67

Mensagem da Presidente da CNDHC

O ano de 2020 foi um ano atípico a nível mundial e as consequências da pandemia da Covid 19 fizeram-se sentir em todas as áreas.

A Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania de Cabo Verde não ficou imune a esse panorama, enfrentando desafios diversos, nomeadamente a nível do próprio funcionamento da instituição, que durante alguns meses funcionou em regime de teletrabalho e de trabalho por turnos.

Neste âmbito, e não obstante o Plano de Atividades da instituição ter sido muito ambicioso, foi necessária uma revisão do mesmo, que resultou na suspensão, adiamento ou reestruturação das atividades previstas, de acordo com o evoluir da situação. Refira-se ainda que algumas atividades programadas foram entretanto suspensas, devido a limitações orçamentais, também em consequência da pandemia.

Muitas atividades de promoção, nomeadamente as que exigiam eventos presenciais, foram suspensas. Entretanto, e para contribuir para uma visão da importância da cidadania na promoção do direito à saúde, no âmbito da pandemia, foram produzidos materias de Informação, Educação e Comunicação (IEC) destinados a grupos específicos.

No que se refere à proteção dos Direitos Humanos, e também no âmbito da pandemia, a CNDHC continuou a receber denúncias através de vários meios e foram feitas Recomendações ao Governo.

Por outro lado, e tendo em conta o impacto das medidas restritivas adotadas para fazer face à propagação da Covid 19, as atividades do Mecanismo Nacional de Prevenção da Tortura adquiriram um novo ímpeto, com a realização de visitas a diversos locais de privação da liberdade, incluindo os hospitais de campanha destinados às pessoas infetadas.

A nível das missões internacionais, e apesar das limitações impostas pela pandemia no que diz respeito às viagens, a CNDHC participou em diversos eventos realizados de forma online, mantendo-se assim conectada com as diversas entidades internacionais da qual é membro.

Por tudo isso, pode-se dizer que a instituição adaptou-se o melhor possível ao contexto ditado pela pandemia, realizando ou reprogramando as atividades previstas e participando em atividades de parceiros relacionadas com as suas áreas de atuação.

Nos próximos anos, a CNDHC espera poder dar continuidade ao seu trabalho de promoção e proteção dos Direitos Humanos, Cidadania e Direito Internacional em Cabo Verde e levar a voz dos direitos humanos a todos os cantos do país.

Zaida Morais de Freitas
Presidente da Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania

INTRODUÇÃO

Introdução

O presente relatório tem como principal finalidade relatar as atividades realizadas pela Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania no ano de 2020 e é submetido ao Governo de Cabo Verde através do titular da pasta da Justiça, conforme previsto no artigo 8º do Estatuto da CNDHC, aprovado pelo Decreto Lei nº 38/2004.

Importa recordar que o Plano de Atividades da CNDHC inicialmente previsto para o ano de 2020 foi sofrendo alterações ao longo do ano, em consequência dos estados de Emergência, Planos de Contingência e contexto social e económico do país no âmbito do combate à pandemia da Covid 19.

Ainda assim, a instituição procurou adaptar-se ao panorama, adiando, cancelando ou reestruturando atividades para o que se considerou mais importante para o contexto, de forma individual ou em parcerias, com foco nos Direitos Humanos e na Cidadania. Ainda neste âmbito, a instituição elaborou Recomendações ao Governo sobre temas específicos e notou-se uma alteração nos temas das denúncias de violação de Diretos Humanos recebidas.

Tendo sido um ano de adaptação, com desafios a nível institucional, do país e do mundo, a elaboração deste relatório constitui um momento de não só elencar as atividades realizadas, mas também de se fazer uma análise crítica das mesmas, por forma a identificar os aspetos que precisam ser melhorados.

O relatório inicia com uma Mensagem da Presidente da CNDHC, que faz uma avaliação global da execução das atividades em 2020. Segue-se uma breve apresentação da instituição, com a finalidade de recordar as principais atribuições, áreas de atuação e historial e uma descrição dos Recursos Humanos da entidade em 2020.

De seguida, é feita a descrição e avaliação das atividades realizadas, assim como das parcerias estabelecidas, da colaboração com outras entidades, das missões internacionais, da presença nos meios de comunicação social, entre outros. Por fim, faz-se uma descrição da Execução Financeira durante o ano e uma breve conclusão.

Esperamos que este documento contribua para uma avaliação global do trabalho da CNDHC, com uma apreciação dos ganhos e dos desafios durante o ano de 2020, e uma antevisão dos objetivos, estratégias e atividades futuras com vista a um passo qualitativo que reforce a consolidação da instituição a nível nacional e internacional.

Votos de uma boa leitura.

BREVE APRESENTAÇÃO DA CNDHC

Breve apresentação da CNDHC

A Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania (CNDHC) é a entidade nacional que tem por missão a proteção, promoção e reforço dos Direitos Humanos, da Cidadania e do Direito Internacional Humanitário em Cabo Verde, funcionando como órgão consultivo das políticas públicas nesses domínios.

A organização foi instituída em 2004 pelo Decreto-Lei n.º 38/2004 e sucede o extinto Comité Nacional de Direitos Humanos –CNDH (Decreto-Lei n.º 19/2001).

Dotada de autonomia e independência face aos poderes públicos e interesses privados, funciona como órgão consultivo e de monitoramento das políticas públicas nos domínios da sua competência, com atribuições que incluem aspetos como: promoção e educação, participação na definição e execução de políticas públicas, formulação de recomendações respeitantes à legislação nacional e às políticas públicas, elaboração e submissão ao Governo de anteprojetos de lei, consultoria ao Governo, investigação de situações atentatórias aos Direitos Humanos, conexão entre o Direito Internacional e as normas internas e seguimento da implementação do Plano Nacional de Ação para os Direitos Humanos e a Cidadania.

A CNDHC é composta por representantes de diversas organizações governamentais e não-governamentais, que integram o Comissariado, que se reúnem ordinariamente a cada três meses, e extraordinariamente sempre que necessário. Além disso, tem Pontos Focais em todos os concelhos, que funcionam como intermediários entre a CNDHC e as comunidades.

A nível executivo, a instituição é dirigida por um Presidente, com a colaboração de um corpo de funcionários, que implementam as atividades.

Ao longo dos 16 anos de existência, a CNDHC tem contribuído para o reforço dos valores dos Direitos Humanos e Cidadania, através de vários projetos e ações, entre os quais se destacam: o atendimento, tratamento e seguimento de denúncias de violações dos Direitos Humanos, a realização de palestras em várias localidades e estabelecimentos de ensino, a realização de formações para entidades públicas, a realização de formações para grupos específicos (Pontos Focais da CNDHC, agentes prisionais, Polícia Nacional, jornalistas, familiares de pessoas surdas, jovens ativistas de direitos humanos), a elaboração do I e do II Relatório Nacional de Direitos Humanos, a instituição do Prémio Nacional Direitos Humanos, a realização de estudos e pesquisas sobre a situação dos direitos humanos, a divulgação das Convenções Internacionais e Regionais de Direitos Humanos ratificadas por Cabo Verde, o monitoramento da situação dos direitos humanos em Cabo Verde, a divulgação de materiais de Informação, Educação e Comunicação (IEC) sobre temas diversos, a realização de campanhas nacionais de promoção de direitos humanos e cidadania, a abertura de uma linha editorial, a elaboração de Relatórios Paralelos a serem submetidos aos órgãos de tratados internacionais e regionais, entre outros.

De referir que, não obstante as várias atribuições da CNDHC, as suas atividades têm sido asseguradas por uma equipa reduzida de colaboradores que devem dar uma cobertura a todo o território nacional, a nível da promoção e da proteção dos Direitos Humanos, Cidadania e Direito Internacional Humanitário.

Por outro lado, a condição insular do país e o facto de a instituição contar apenas com uma sede na Cidade da Praia, constitui um constrangimento que muitas vezes impede que as ações e atividades sejam implementadas da mesma forma em todas as ilhas.

RECURSOS HUMANOS

Recursos Humanos

Em termos formais, a CNDHC é composta pelos Comissários, que assumem os órgãos da instituição (Presidência e Conselho Coordenador). Além disso, a entidade conta com Pontos Focais em todos os concelhos do país, que funcionam como intermediários entre a CNDHC e as comunidades.

No entanto, a implementação das atividades é efetivamente assegurada pelos funcionários da instituição, sob orientação da Presidente.

Comissários

O artigo 9º do Estatuto da CNDHC define que a instituição é composta por Comissários, representantes de diversas organizações governamentais e não-governamentais, que se reúnem ordinariamente a cada três meses, e extraordinariamente sempre que necessário. Além disso, os Comissários podem funcionar em Grupos de Trabalho para a abordagem de questões específicas.

Os Comissários têm um mandato de três anos, passível de renovação. Tendo em conta que alguns concluíram o mandato em 2019, ao longo do ano de 2020 alguns novos Comissários tomaram posse, ficando o Comissariado com a seguinte composição:

1. Nilton Jorge da Costa Moniz – Representante do Ministério Público (MP);
2. Alfredo Moreno – Representante da Igreja do Nazareno;
3. Elísia Almeida da Veiga – Representante da Igreja Católica;
4. Joanilda Lúcia Silva Alves – Representante do Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV);
5. Mário Gomes Fernandes - Representante do Movimento para a Democracia (MPD);
6. Zenaida Baptista Costa – Representante da União Cabo-verdiana, Independente e Democrática (UCID)
7. Dirce Lena da Silva Melo – Representante da área da Educação;
8. Benvindo Oliveira – Representante da área da Justiça;
9. Maria de Fátima Pires Lima – Representante da área da Saúde;
10. Pedro Graciano Carvalho – Representante da área dos Negócios Estrangeiros;
11. Nathalie Monteiro – Representante da área da Solidariedade Social;
12. Silvino Mário Vaz Semedo – Representante da área da Defesa;
13. João Nascimento Santos – Representante da Polícia Nacional;
14. Gisela Coelho – Representante da área da Comunicação Social (AJOC);
15. Dulce Nair Teixeira – Representante do Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente (ICCA);

16. Kátia Marques – Representante do Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género (ICIEG);

17. Carlos Fernandinho Teixeira – Representante da Associação Nacional dos Municípios Cabo-verdianos (ANMCV);

18. Dulce Tavares Silva – Representante da Ordem dos Advogados de Cabo Verde;

19. Eloisa Maria Évora Borges – Representante da Cruz Vermelha de Cabo Verde (CVCV);

20. Joaquina Almeida – Representante da União Nacional dos Trabalhadores Cabo-verdianos - Central Sindical (UNTC-CS);

21. Eurico Borja – Representante da Confederação Cabo-verdiana dos Sindicatos Livres - Central Sindical (CCSL-CS);

22. Josefina Chantre – Representante da Associação das Mulheres da África Ocidental (RAMAO);

23. Alberto Afonso – Representante da Federação Cabo-verdiana das Associações de Pessoas com Deficiência (FECAD);

24. Ana Paula Brito – Representante da Associação Cabo-Verdiana para a Proteção da Família (VERDEFAM);

25. José Ramos Viana – Representante da Plataforma das Comunidades Africanas Residentes em Cabo Verde (PCARCV);

26. Sandra Helena Fonseca dos Santos Neves – Representante da Associação para a Defesa do Consumidor (ADECO);

27. Dionísio Simões Pereira – Representante da Fundação das Aldeias Infantis SOS de Cabo Verde;

28. Eurídice Furtado Monteiro – Cidadã designada pelo Governo;

29. Marília Maísa Salazar Antunes da Silva – Cidadã designada pelo Governo;

30. Por indicar – Câmara de Comércio de Sotavento e Barlavento.

Conselho Coordenador

Trata-se de um dos órgãos da CNDHC, que tem como principais competências: propor os planos anuais de atividade da instituição, elaborar os relatórios anuais de atividades, preparar a agenda das reuniões plenárias, entre outros.

Conforme o Estatuto da CNDHC, o Conselho Coordenador é constituído pela Presidente da CNDHC e por dois vogais membros do Comissariado (um representante das ONG e Associações Nacionais e um representante dos Departamentos Governamentais).

Atualmente, o Conselho Coordenador integra a Presidente da CNDHC, Zaida Morais de Freitas, e as Comissárias Gisela Coelho (representante da Associação Sindical dos Jornalistas de Cabo Verde) e Eurídice Monteiro (Cidadã indicada pelo Governo).

Pontos Focais da CNDHC nos concelhos

A CNDHC possui Pontos Focais nos 22 concelhos do país, que são indicados pelas respetivas Câmaras Municipais.

Além de funcionarem como uma ponte entre a CNDHC e as comunidades, na identificação de eventuais situações de violação de direitos humanos, os Pontos Focais colaboram na realização de atividades de promoção no terreno.

Pessoal Permanente

O atual Estatuto da CNDHC prevê um quadro de pessoal composto por nove pessoas. Contudo, face aos novos desafios e volume de trabalho, o quadro de pessoal em 2020 foi composto por doze pessoas, conforme a tabela que se segue:

Tabela 1. Quadro de Pessoal da CNDHC

N.º	NOME	FUNÇÃO
1	Zaida Morais de Freitas	Presidente
2	Arlindo Sanches	Assessor Jurídico
3	Ilda Fortes	Assessora de Comunicação
4	Marísia Nascimento	Técnica Superior
5	Zoraida Fortes	Técnica Superior
6	Domingas Lopes	Administrativa Financeira
8	Thelma Tavares Pereira	Jurista
9	Ailton Mendes Silva	Jurista
10	Jani de Pina	Secretária
11	Anilton da Veiga	Condutor
12	Carla Galvão	Auxiliar

Através do Programa de Voluntariado das Nações Unidas, a CNDHC contou ainda com uma Coordenadora da implementação do II Plano Nacional de Ação para os Direitos Humanos e a Cidadania, Carla Semedo.

Refira-se que os funcionários não possuem um vínculo efetivo com a instituição, sendo que a maior parte tem contratos de trabalho a termo. Além disso, alguns funcionários foram requisitados de outros serviços, por via da mobilidade de funcionários dentro da administração pública.

ATIVIDADES REALIZADAS EM 2020

Atividades Realizadas em 2020

O Plano de Atividades da CNDHC para o ano de 2020 foi preparado tendo em atenção as diversas áreas de atuação, previstas no Estatuto da instituição.

Para a sua implementação, além do valor disponibilizado pelo Orçamento Geral do Estado, contou-se com o apoio de parceiros como o Escritório Comum do PNUD, UNFPA e UNICEF em Cabo Verde, através do *Programa Coordenação e Seguimento da Implementação das Convenções Internacionais, Projeto Seguimento e Implementação das Convenções Internacionais* e da Embaixada dos Estados Unidos da América em Cabo Verde.

Como referido anteriormente, o Plano de Atividades de 2020 foi profundamente alterado, devido ao impacto da pandemia da Covid 19.

Não obstante todos os constrangimentos já mencionados, foram encetados esforços no sentido da efetiva implementação do plano, com os ajustes necessários no que se refere ao próprio funcionamento da CNDHC e às atividades em si.

Funcionamento da CNDHC

O funcionamento da CNDHC baseia-se na realização das reuniões do Conselho Coordenador e das reuniões Plenárias dos Comissários, onde são aprovados os documentos orientadores da ação da instituição e são constituídos Grupos de Trabalho para fins diversos.

A implementação das atividades, incluindo as ações de promoção e o atendimento e seguimento de denúncias de violação dos direitos humanos são asseguradas pelos funcionários da instituição.

1- Reuniões do Conselho Coordenador

Embora o Regulamento do Conselho Coordenador em vigor dite a realização de reuniões mensais, este órgão tem realizado reuniões a cada trimestre, visando a preparação da agenda das reuniões plenárias.

Em 2020, alguns dos encontros foram realizados virtualmente, em virtude da pandemia da Covid 19.

Reunião de preparação da primeira Plenária do ano

O encontro decorreu no dia 11 de fevereiro de 2020, onde foram apresentados e discutidos os pontos a integrar a ordem do dia da 48ª reunião plenária da instituição, a realizar-se no mês seguinte.

Reunião para a preparação da 49ª Reunião Plenária

O Conselho Coordenador reuniu-se, virtualmente, no dia 19 de Junho de 2020. Tendo em conta o contexto do país devido à pandemia da covid 19, durante o

encontro foram discutidas as possibilidades para a realização da próxima reunião plenária da CNDHC ser realizada de forma virtual, através de plataformas digitais.

2- Reuniões Plenárias

Em 2020, foram realizadas três sessões plenárias ordinárias.

XLVIII Reunião Plenária

A primeira plenária do ano decorreu no dia 2 de março de 2020, na sede da CNDHC em Achada Santo António, Cidade da Praia, com a seguinte ordem do dia: leitura e aprovação da ata da 47ª Reunião Plenária, apresentação do Relatório de Atividades de 2019, apresentação da proposta do Plano de Atividades para 2020, apresentação do projeto para instalação e funcionamento do Observatório de Direitos Humanos, apresentação do manual de procedimentos para o atendimento e tratamento de denúncias de casos de violação de direitos humanos e apresentação de informações sobre atividades realizadas e ações em execução.

XLIX Reunião Plenária (em modo virtual)

No âmbito do plano de contingência da CNDHC devido à pandemia da Covid 19, o encontro decorreu através de videoconferência, com o apoio do Escritório das Nações Unidas na Cidade da Praia.

A reunião, que decorreu no dia 9 de julho de 2020, contou com uma intensa participação dos Comissários que estiveram online. Presencialmente, estiveram os membros do Conselho Coordenador (Presidente Zaida Morais de Freitas, e as Vogais Gisela Coelho e Eurídice Monteiro), assim como Técnicos da CNDHC (o Assessor Jurídico Arlindo Sanches; a Técnica Marísia Delgado Nascimento e a Secretária Jani Pina).

A ordem dia do encontro foi a seguinte: aprovação da ata da 48ª Plenária, apresentação de um resumo das atividades realizadas durante o segundo trimestre do ano, reflexão sobre o impacto da pandemia da Covid19 na realização dos Direitos

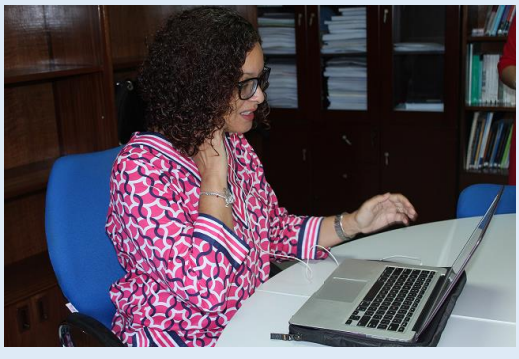
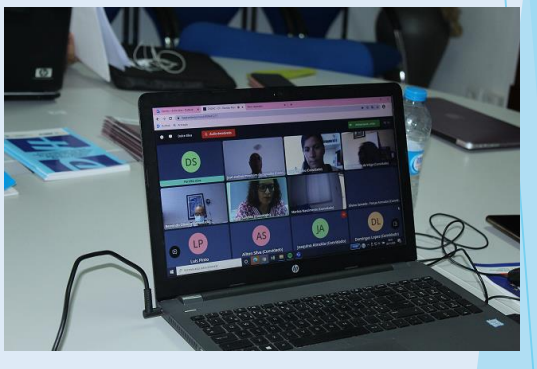
Humanos no contexto nacional, reavaliação do Plano Anual de Atividades da CNDHC para 2020 e apresentação de informações diversas.

L Reunião Plenária

A sessão decorreu a 26 de novembro de 2020, através de videoconferência e a partir da sede da CNDHC. Iniciou com a tomada de posse de novos Comissários entretanto indigitados. Seguiu-se a aprovação da ata da 49ª Plenária e realização de uma reflexão sobre o exercício da cidadania politica durante a campanha para as eleições autárquicas em tempos de pandemia Covid 19.

A ordem do dia incluia ainda uma apresentação do Grupo de Trabalho "Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência", com Propostas de atuação para o ano de 2021, a apresentação de um resumo das atividades realizadas pela CNDHC e pelo Mecanismo Nacional de Prevenção nos últimos meses, e a apresentação e recolha de propostas de comemoração do 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos.

Entretanto, devido a um problema informático que afetou as entidades públicas a nível nacional, o encontro teve de ser suspenso. Os pontos que não foram abordados serão posteriormente retomados nas plenárias do ano seguinte.

Avaliação: a nível geral, não obstante os constrangimentos por causa da pandemia, as plenárias contaram com uma boa participação dos Comissários.

3- Grupos de Trabalho dos Comissários

Durante o ano de 2020, os Comissários trabalharam em Grupos de Trabalho permanente e *ad hoc*, para o tratamento de questões diversas. Recorde-se que o funcionamento desses grupos conta com o apoio do staff da CNDHC.

Grupo de Trabalho do Observatório de Direitos Humanos

O Grupo reuniu-se no dia 12 de fevereiro de 2020 com o Consultor que está a preparar o projeto de instalação da estrutura, que terá como objetivo sistematizar a recolha de dados e informações sobre os direitos humanos em Cabo Verde.

O objetivo do encontro foi apresentar a versão preliminar do estudo em curso para a instalação do Observatório de Direitos Humanos na CNDHC, com a finalidade de recolher contributos sobre o modelo e funcionamento da estrutura.

Por outro lado, foi solicitada a colaboração do Grupo de Trabalho na definição de um quadro de indicadores de direitos humanos que poderão ser integrados nos quadros lógicos e plataforma de seguimento e monitorização do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS). A ideia é que a planificação e avaliação do PEDS considere esses indicadores, contribuindo assim para uma implementação de políticas públicas numa abordagem baseada em direitos humanos.

No encontro estiveram presentes os membros do Grupo - Dionísio Pereira, Dircelena Melo, José Viana, Eloisa Borges e Elísia Veiga; o Consultor Paulino Moniz; a Presidente da CNDHC, Zaida Morais de Freitas; a Técnica Marísia Nascimento; e a Coordenadora da implementação do II Plano Nacional de Ação para os Direitos Humanos e a Cidadania, Carla Semedo.

Grupo de Trabalho Permanente das Denúncias

O Grupo reuniu-se no dia 14 de fevereiro de 2020 para preparar o plano de trabalho anual e apresentar o novo Comissário representante do Ministério Público, Nilton Moniz.

Para 2020, a CNDHC pretendeu melhorar o atendimento, tratamento e seguimento das denúncias de casos de violação dos direitos humanos, com a elaboração de um manual de procedimentos, com vista a clarificar a tipologia dos casos que a entidade pode tratar ou encaminhar, os passos para o tratamento dos casos, os prazos para dar resposta aos denunciantes, entre outros aspetos.

Entretanto, devido às limitações impostas pela pandemia, ao longo do ano de 2020 o Grupo trabalhou por via remota, com recurso a emails e telefonemas.

Grupo de Trabalho das Pessoas com Deficiência

O Grupo foi criado na sequência de uma deliberação da 49ª Reunião Plenária da CNDHC, tendo-se reunido no dia 5 de novembro de 2020.

Durante o encontro, que contou com a participação da Presidente da Associação Colmeia, Isabel Moniz e da psicóloga Kika Freyre, foi feita uma reflexão sobre as políticas publicas na temática da deficiência, com destaque para a proteção social e cuidados de saúde, nomeadamente a comparticipação dos tratamentos de reabilitação e a revisão, regulamentação e implementação das leis sobre a deficiência nos regimes contributivo e não contributivo.

Da parte do Comissariado, estiveram presentes Gisela Coelho (membro do Conselho Coordenador e Representante da Associação Sindical dos Jornalistas de Cabo Verde - AJOC), Dulce Silva (Representante da Ordem dos Advogados), Alberto Afonso (Representante da Federação Cabo-verdiana das Associações de Pessoas com Deficiência - FECAD), Maria de Fátima Lima (Representante do Ministério da Saúde e Segurança Social). A reunião contou ainda com a participação da Presidente da CNDHC, Zaida Morais de Freitas, e da Técnica Social da instituição, Zoraida Fortes.

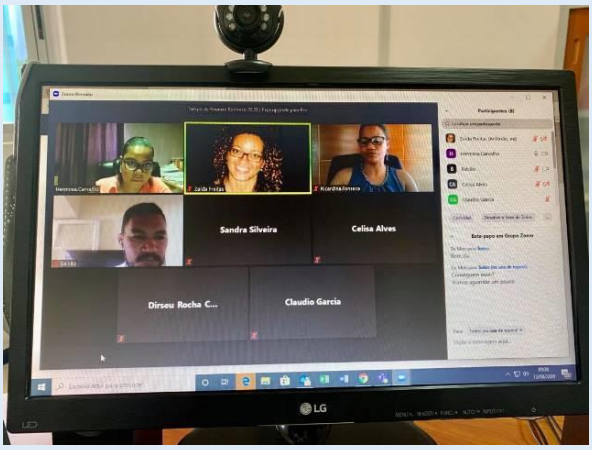
Avaliação: não obstante os constrangimentos, os Grupos de Trabalho funcionaram bem ao longo do ano, com um grande envolvimento dos Comissários.

4- Pontos Focais da CNDHC nos concelhos

Durante o ano de 2020, não foram realizadas atividades no terreno pelos Pontos Focais. Entrentanto, esses foram fundamentais para que a CNDHC pudesse ter um panorama a nível nacional sobre o impacto da pandemia nos diferentes Concelhos.

Este foi o mote para um encontro virtual entre a Presidente da CNDHC e os Pontos Focais da instituição nos concelhos no dia 13 de agosto de 2020, onde também foram analisadas formas de melhorar os canais de comunicação entre a CNDHC e os Pontos Focais.

Nesse âmbito, foram apresentadas algumas propostas, nomeadamente: a realização de encontros virtuais com maior regularidade, a realização de formações e ateliers temáticos virtuais, entre outros.



Avaliação: a interação da CNDHC com os Pontos Focais tem sido boa e muitos deles têm colaborado de forma muito intensa e com a instituição na resolução de questões específicas, na realização de actividades ou ações de promoção e no apoio à equipa da CNDHC quando esta se desloca aos Concelhos.

No entanto, o facto destes serem indicados pelas Câmaras Municipais tem sido entendido como um factor que pode afetar o trabalho no terreno. Neste sentido, a CNDHC pretende ter também Pontos Focais representantes da sociedade civil, no sentido de complementar o trabalho já realizado com os Pontos Focais das Câmaras Municipais.

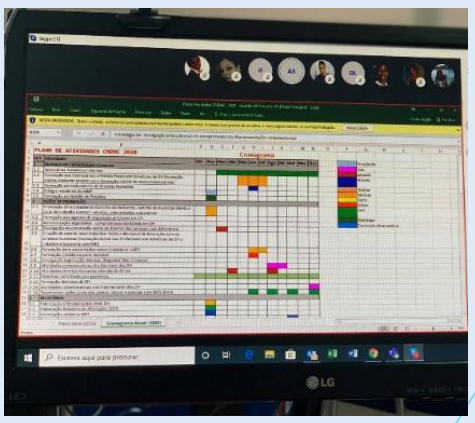
5- Reuniões Internas

Mensalmente, a Presidente reúne-se com o *staff* da CNDHC, para avaliação e seguimento da execução das tarefas delineadas para a implementação do Plano de Atividades da instituição e definição de novas medidas e ajustes.

Além disso, são realizadas reuniões entre a Presidene e os Técnicos que integram o grupo das Denúncias, com o objetivo de fazer o seguimento dos casos de situações de violação dos direitos humanos.

No contexto da pandemia da covid 19, e considerando que durante alguns meses a instituição funcionou em regime de teletrabalho, foram realizadas diversas reuniões em formato virtual.

Numa dessas reuniões, no dia 21 de julho de 2020, foi feita uma reavaliação do Plano de Atividades da instituição para o ano de 2020, com a reestruturação de algumas e o cancelamento de outras. Assim, as atividades públicas presenciais de promoção dos direitos humanos, nomeadamente palestras e outras atividades, foram suspensas. No entanto, entendeu-se que algumas atividades poderiam ser realizadas através das plataformas digitais.



Avaliação: as reuniões internas do staff da CNDHC constituem importantes momentos de avaliação do trabalho executivo e de reforço da visão e objetivos da instituição.

6- Formações

Durante o ano de 2020, tentou-se reforçar as capacidades da CNDHC com a realização de ações de formação destinadas ao *staff*.

Formação em Gestão de Projetos

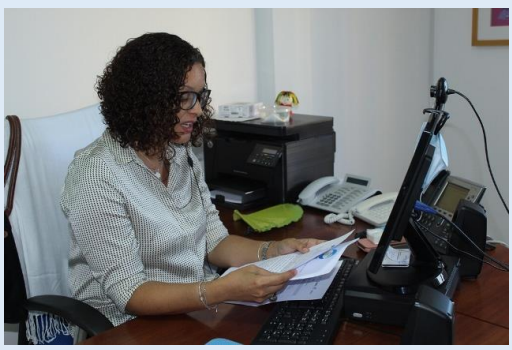
Para reforçar as competências da instituição no que se refere à gestão de projetos, a Administrativa Financeira, Domingas Lopes, e a Assessora de Comunicação, Ilda Fortes, participaram uma ação de formação sobre o tema, ministrada por uma entidade externa. A formação decorreu durante o mês de fevereiro de 2020.

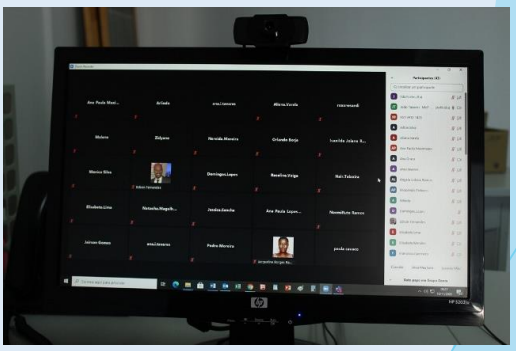
Formação sobre Indicadores de Direitos Humanos e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A formação decorreu em formato online, de 18 a 20 de novembro de 2020, na sequência de uma parceria entre a CNDHC, o Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos para a África Ocidental, o Instituto Nacional de Estatística (INE) e a Direção Nacional do Planeamento (DNP).

A formação destinou-se ao staff da CNDHC, do INE, da DNP, aos Gestores de Programas, aos Diretores Gerais de Planeamento, Orçamento e Gestão (DGPOG) dos Ministérios e aos técnicos de organismos públicos que trabalham na produção de dados com relevância a nível dos indicadores de direitos humanos.

Ministrada por especialistas do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), o objetivo foi dotar os participantes de conhecimentos sobre os indicadores de direitos humanos e de objetivos de desenvolvimento sustentável, de modo a permitir um melhor monitoramento e uma melhor medição do nível de efetivação dos direitos humanos em Cabo Verde.





Avaliação: as formações com foco nas áreas de atuação da instituição e em questões específicas relacionadas com as funções dos colaboradores são fundamentais para que a CNDHC tenha um corpo de funcionários cada vez mais especializado e preparado para as demandas da instituição. Apesar dos esforços da entidade, as limitações orçamentais muitas vezes impedem a realização de mais ações.

7- Ações de Promoção

As limitações impostas pela pandemia ditaram o cancelamento da maior parte das ações previstas para o ano de 2020. Ainda assim, foram realizadas atividades antes desse período e foram feitas algumas adaptações focadas no contexto do combate à pandemia.

Palestra sobre os Direitos das Crianças na Universidade de Santiago

A convite da Escola Superior de Tecnologias e Gestão da Universidade de Santiago, a CNDHC ministrou uma palestra sobre os Direitos das Crianças no Campus da Cidade da Praia no dia 17 de fevereiro de 2020.

A atividade, dirigida pela Técnica da CNDHC, Zoraida Fortes, e pela Estagiária Leidmirna Gonçalves, foi destinada a estudantes do Curso de Educação de Infância.

O programa incluiu a visualização da versão audiovisual do "Cidadão Pikinoti", com língua gestual, que deu o mote para a abordagem dos temas da cidadania e direitos das crianças

Ao longo da atividade, os formandos demonstraram bastante interesse pelo conteúdo transmitido, participando ativamente no debate. No final, solicitaram cópia do vídeo para ser utilizado como recurso didático com as crianças nos jardins de infância onde trabalham.

Palestra **sobre os Direitos Humanos no Centro Socioeducativo Orlando Pantera**

A convite do do Centro Socioeducativo Orlando Pantera, a CNDHC ministrou, no dia 9 de dezembro de 2020, uma palestra alusiva ao Dia Internacional dos Direitos Humanos.

Ministrada pelo Jurista Ailton Silva, a iniciativa contou com a participação dos treze internos, com idade compreendida entre os 12 e os 17 anos.

O surgimento, história, artigos e importância da Declaração Universal dos Direitos Humanos foram alguns tópicos abordados. Além disso, falou-se sobre a missão, atribuições e funcionamento da CNDHC enquanto entidade nacional de promoção e proteção dos Direitos Humanos em Cabo Verde.

Edição Especial do Cidadão Pikinoti dedicado à Covid 19

A edição foi produzida em junho de 2020, com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), com o objetivo de transmitir às crianças os aspetos mais importantes da doença e, sobretudo, como é que elas, enquanto cidadãos e cidadãs pikinotis, podem colaborar na luta contra a doença. Desde então, o vídeo tem sido divulgado nas redes sociais e nalgumas televisões nacionais.

Campanha sobre Cidadania e Direito à Saúde no combate à covid 19

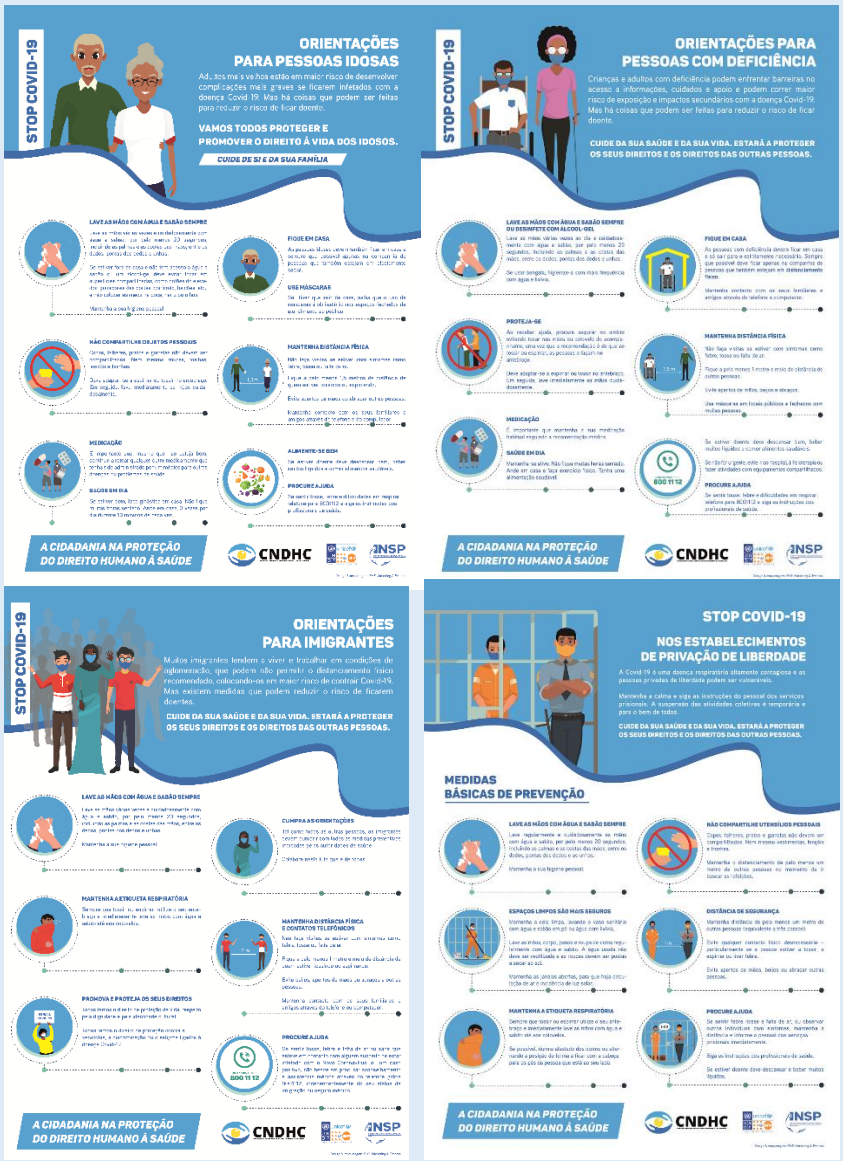
"A Cidadania na Proteção do Direito Humano à Saúde" foi o lema de uma campanha que a CNDHC lançou no dia 19 de agosto de 2020, para reforçar o combate à covid 19 em Cabo Verde.

A campanha consistiu na divulgação de materiais informativos (spots, folhetos e cartazes) destinados a grupos específicos, nomeadamente idosos, pessoas com deficiência, imigrantes e pessoas privadas de liberdade.

Pretendeu-se, desta forma, contribuir para que esses públicos-alvo ficassem devidamente informados e sensibilizados sobre os aspetos gerais e específicos que devem ter em conta para a sua proteção, considerando a sua condição.

O objetivo foi trazer uma componente de cidadania no combate à pandemia da covid 19, para que cada cidadão assuma o seu papel na sua proteção e na dos outros.

A iniciativa contou com os apoios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e do Escritório da Coordenadora Residente da ONU em Cabo Verde e com a parceria do Instituto Nacional de Saúde Pública.



Covid 19: adaptação de material informativo para pessoas com deficiência para Braille

A CNDHC e a Associação dos Deficientes Visuais de Cabo Verde fizeram uma adaptação para Braille de material informativo sobre a Covid 19 destinado a pessoas com deficiência. O objetivo foi pemitir o acesso das pessoas cegas a informações de prevenção e combate à covid 19.

O material foi entregue a associações para distribuição ao público-alvo. Uma delas foi a Associação Cabo-verdiana de Promoção e Inclusão das Mulheres com Deficiência (APIUMUD), que se reuniu com a Presidente da CNDHC e recebeu ainda exemplars da Convenção das Pessoas com Deficiência e do II Relatório Nacional de Direitos Humanos.

O sistema Braille, também denominado Código Braille, é um código universal que permite às pessoas cegas beneficiarem da escrita e da leitura, dando-lhes acesso ao conhecimento, favorecendo a sua inclusão na sociedade e o pleno exercício da cidadania.

Comemoração do Dia Nacional dos Direitos Humanos

Em 2019, Cabo Verde instituiu o 25 de Setembro como o Dia Nacional dos Direitos Humanos. O Plano de Atividades da CNDHC para 2020 previa a realização de atividades para assinalar o dia, mas o contexto obrigou a uma adaptação dos planos.

Assim, optou-se pela divulgação de um comunicado à imprensa com o objetivo de chamar a atenção para a necessidade de se respeitar os princípios dos direitos humanos, mesmo em tempos de pandemia.

Além disso, com a parceria do Ministério da Justiça, foi realizada uma campanha nas redes sociais e nas televisões com o mesmo objetivo.

Comemoração do Dia Internacional dos Direitos Humanos (10 de Dezembro)

A efeméride, que assinala a data de aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Organização das Nações Unidas, é anualmente celebrada pela CNDHC com atividades diversas com parceiros.

Em 2020, não obstante os constrangimentos, foram realizadas algumas ações.

Distribuição de exemplares da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Polícia Nacional

Agentes da Polícia Nacional distribuíram exemplares do documento em operações STOP e no âmbito da Escola Segura em vários pontos das Cidades da Praia e do Mindelo. Com a finalidade de dar a conhecer o documento à população, as ações decorreram durante a semana em que se assinalou a data.

Conversa Aberta com a Sociedade Civil

"Os Direitos Humanos em tempos de pandemia" foi o tema da Conversa Aberta que a CNDHC e o Observatório Cidadania Ativa promoveram, em parceria com o Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde, no dia 10 de dezembro de 2020, através de uma plataforma digital.

A iniciativa, para a qual foram convidadas organizações não governamentais de todo o país, teve como objetivo principal promover um debate sobre o trabalho, a experiência e os desafios enfrentados pela sociedade civil no âmbito da pandemia da Covid-19. Pretendeu-se ainda promover uma reflexão sobre o impacto da pandemia nos diferentes grupos sociais e nas diferentes ilhas ou comunidades.

Realização de Concurso Radiofónico

A CNDHC e o Observatório Cidadania Ativa, em parceria com a RCV + e o financiamento da CV Móvel, realizaram um concurso radiofónico para avaliar o conhecimento sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O concurso foi realizado no espaço de animação da manhã da RCV +, no dia 10 de dezembro de 2020. Os ouvintes responderam a questões sobre a história, artigos e princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos e os vencedores receberam prémios financiados pela CV Móvel

O programa contou com a participação do artista Hilário Silva, autor da música "nos tud tem direito", feita especialmente no âmbito de uma campanha de celebração dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 2018.

Participação em Concerto de comemoração promovido pela ONU

A CNDHC foi uma das entidades parceiras de um concerto promovido pela Organização das Nações Unidas, Delegação da União Europeia e Governo de Cabo Verde. A iniciativa assinalou o Dia Internacional dos Direitos Humanos e o fim dos 16 dias de Ativismo contra a Violência Baseada no Género.

A Presidente da CNDHC proferiu algumas palavras na abertura do evento, que contou com a participação de diversos artistas e foi transmitido através das redes sociais.

8- Relatórios e outras Publicações

Publicação do II Relatório Nacional de Direitos Humanos

O documento compreende uma análise do período de 2010 a 2019. O objetivo foi: analisar as medidas legislativas, administrativas e políticas públicas adotadas durante este período, com relevância para os direitos humanos; fazer, no âmbito dos tratados internacionais e regionais de direitos humanos de que Cabo Verde é parte, um diagnóstico das obrigações que estão por cumprir; e elaborar uma lista de recomendações sobre medidas a adotar para uma melhor efetivação dos direitos humanos no país.

Refira-se que o documento, elaborado com o apoio do Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde, atualiza os dados do I RNDH, publicado em 2011 e compreendendo o período temporal de 2004 a 2010.

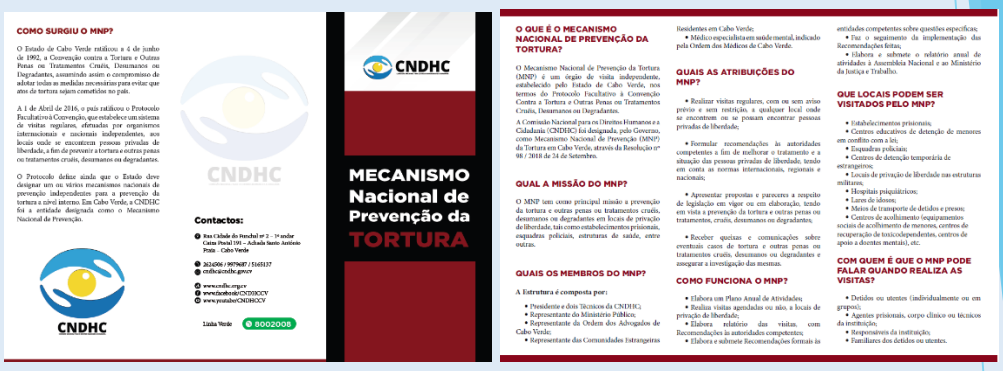
Publicação do Estudo sobre o conhecimento e aplicação das convenções internacionais de direitos humanos

O estudo teve como objetivo verificar o grau de conhecimento e aplicação das Convenções de Direitos Humanos por parte dos magistrados, advogados e parlamentares. Contemplou entrevistas, questionários e verificação de processos.

A iniciativa contou com o financiamento da União Europeia, através do projeto "Promover os direitos humanos e laborais através do Sistema de Preferências Generalizadas +" e a sua publicação contou com o apoio do Escritório Comum das Nações Unidas em Cabo Verde.

Publicação de Folheto Informativo sobre o Mecanismo Nacional de Prevenção da Tortura

Com o objetivo de melhorar o conhecimento sobre as atribuições e funcionamento da estrutura, foi publicado um folheto informativo para distribuição a entidades com responsabilidades na matéria e a pessoas privadas de liberdade.



COMO SURGIU O MNP?

O Estado de Cabo Verde ratificou a 4 de junho de 1992, a Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, assumindo assim o compromisso de adotar todas as medidas necessárias para evitar que atos de tortura sejam cometidos no país.

A 1 de Abril de 2016, o país ratificou o Protocolo Facultativo à Convenção, que estabelece um sistema de visitas regulares, efetuadas por organismos internacionais e nacionais independentes, aos locais onde se encontrem pessoas privadas de liberdade, a fim de prevenir a tortura e outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

O Protocolo define ainda que o Estado deve designar um ou vários mecanismos nacionais de prevenção independentes para a prevenção da tortura a nível interno. Em Cabo Verde, a CNDHC foi a entidade designada como o Mecanismo Nacional de Prevenção.

CNDHC

Contactos:

Rua Cidade do Porto,Nº 2 – 1º andar
Caixa Postal 191 – Achada Santo António
Praia – Cabo Verde

262406 / 997987 / 5165137
cndhc@cndhc.gov.cv

www.cndhc.org.cv
www.facebook/CNDHCCV
www.youtube/CNDHCCV

Linha Verde 8002008

CNDHC

MECANISMO Nacional de Prevenção da TORTURA

O QUE É O MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO DA TORTURA?

O Mecanismo Nacional de Prevenção da Tortura (MNP) é um órgão de visita independente, estabelecido pelo Estado de Cabo Verde, nos termos do Protocolo Facultativo à Convenção Contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes.

A Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania (CNDHC) foi designada, pelo Governo, como Mecanismo Nacional de Prevenção (MNP) da Tortura em Cabo Verde, através da Resolução nº 98 / 2018 de 24 de Setembro.

QUAL A MISSÃO DO MNP?

O MNP tem como principal missão a prevenção da tortura e outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes em locais de privação de liberdade, tais como estabelecimentos prisionais, esquadras policiais, estruturas de saúde, entre outras.

QUAIS OS MEMBROS DO MNP?

A Estrutura é composta por:

- Presidente e dois Técnicos da CNDHC;
- Representante do Ministério Público;
- Representante da Ordem dos Advogados de Cabo Verde;
- Representante das Comunidades Estrangeiras Residentes em Cabo Verde;
- Médico especialista em saúde mental, indicado pela Ordem dos Médicos de Cabo Verde.

QUAIS AS ATRIBUIÇÕES DO MNP?

- Realizar visitas regulares, com ou sem aviso prévio e sem restrição, a qualquer local onde se encontrem ou se possam encontrar pessoas privadas de liberdade;
- Formular recomendações às autoridades competentes a fim de melhorar o tratamento e a situação das pessoas privadas de liberdade, tendo em conta as normas internacionais, regionais e nacionais;
- Apresentar propostas e pareceres a respeito de legislação em vigor ou em elaboração, tendo em vista a prevenção da tortura e outras penas ou tratamentos, cruéis, desumanos ou degradantes;
- Receber queixas e comunicações sobre eventuais casos de tortura e outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes e assegurar a investigação das mesmas.

COMO FUNCIONA O MNP?

- Elabora um Plano Anual de Atividades;
- Realiza visitas agendadas ou não, a locais de privação de liberdade;
- Elabora relatório das visitas, com Recomendações às autoridades competentes;
- Elabora e submete Recomendações formais às entidades competentes sobre questões específicas;
- Faz o seguimento da implementação das Recomendações feitas;
- Elabora e submete o relatório anual de atividades à Assembleia Nacional e ao Ministério da Justiça e Trabalho.

QUE LOCAIS PODEM SER VISITADOS PELO MNP?

- Estabelecimentos prisionais;
- Centros educativos de detenção de menores em conflito com a lei;
- Esquadras policiais;
- Centros de detenção temporária de estrangeiros;
- Locais de privação de liberdade nas estruturas militares;
- Hospitais psiquiátricos;
- Lares de idosos;
- Meios de transporte de detidos e presos;
- Centros de acolhimento (equipamentos sociais de acolhimento de menores, centros de recuperação de toxicodependentes, centros de apoio a doentes mentais), etc.

COM QUEM É QUE O MNP PODE FALAR QUANDO REALIZA AS VISITAS?

- Detidos ou utentes (individualmente ou em grupos);
- Agentes prisionais, corpo clínico ou técnicos da instituição;
- Responsáveis da instituição;
- Familiares dos detidos ou utentes.

9- Reforço Institucional

Socialização online do projeto do Observatório Nacional de Direitos Humanos

A CNDHC realizou uma sessão online de socialização do “Estudo sobre Criação e Modelo de Funcionamento do Observatório Nacional de Direitos Humanos” no dia 17 de agosto de 2020, através de videoconferência.

O estudo, que contou com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, teve como objetivo analisar modelos de organização e funcionamento de diferentes observatórios e propor um modelo de Observatório para a CNDHC que sirva de mecanismo de apoio às atividades da instituição, à definição de políticas públicas pelo Governo e respetivo monitoramento.

Durante o evento, foram partilhados os resultados do Estudo pelo consultor Paulino Moniz, e foram recolhidos subsídios e recomendações para a conclusão do estudo.

A ação de socialização contou com a participação de representantes de várias entidades governamentais e não governamentais.

Refira-se que ao longo do ano de 2020, deu-se seguimento ao processo de contratação de um novo técnico da CNDHC que irá trabalhar como Coordenador do Observatório de Direitos Humanos.

Finalização do processo de afiliação da CNDHC junto da Comissão Africana

A CNDHC, enquanto Instituição Nacional de Direitos Humanos em Cabo Verde, foi aprovada como afiliada da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (CADHP). O ato decorreu no dia 17 de novembro, durante a 67ª Sessão Ordinária da organização.

Trata-se de um importante passo para "estreitar as relações com a CADHP na medida em que, além de ambicionar estar mais presente nas atividades da Comissão, a CNDHC também poderá dar o seu contributo, através da partilha de boas práticas e de conhecer as experiências de outros países em matéria de direitos humanos, contribuindo deste modo para o fortalecimento dos direitos humanos em África".

Recorde-se que a nota com o pedido de Estatuto de Afiliado da CNDHC foi enviada ao Secretariado da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, com sede na Cidade de Banjul – Gâmbia, em junho de 2019.

10- Ações de Protecção

Atendimento, tratamento e seguimento de Denúncias

Durante o ano de 2020, devido às restrições impostas pela pandemia, o atendimento presencial de denúncias de violação de direitos humanos foi suspenso a partir do mês de março.

No entanto, a CNDHC reforçou a divulgação dos outros meios para atendimento de denúncias, nomeadamente através dos contactos telefónicos, email, página official da instituição nas redes sociais e uma Linha Verde (gratuita).

A nível geral, das alegadas violações dos Direitos Humanos que chegaram ao conhecimento da CNDHC, de janeiro a dezembro de 2020, foram tratados um total de **108** novos casos e **15** referentes a anos anteriores cujo tratamento se prolongou.

Relativamente ao sexo, registou-se **44** queixosos do sexo feminino e **50** do sexo masculino. Além das denúncias feitas em nome individual, a CNDHC recebeu **14** denúncias em nome coletivo, sendo estas referentes a grupos de queixosos de ambos os sexos.

O contexto de pandemia ditou algumas alterações à tipologia das denúncias recebidas e tratadas pela CNDHC. Em virtude de algumas medidas adotadas para fazer face à pandemia e de outras consequências, registou-se um aumento de denúncias relacionadas com o direito do recluso e com o direito à saúde, em comparação com os anos anteriores.

No que se refere à tipologia, as denúncias mais frequentes foram relacionadas com o direito do recluso e detido, com o direito à saúde, com os direitos das crianças, com o direito laboral e com o abuso de autoridade e agressão policial.

Segue a tabela com a tipologia das denúncias recebidas de janeiro a dezembro:

N.º	TIPOLOGIA	N.º CASOS	PERCENTAGEM
1	Direito da criança	12	11.11%
2	Abuso de autoridade e agressão policial	10	9.26%
3	Direito do recluso e detido	17	15.74%
4	Quarentena (irregularidades)	3	2.78%
5	Direito à saúde	13	12.04%
6	Repatriamento pelo Estado de Cabo Verde	1	0.93%
7	Direito à habitação	6	5.56%
8	Direito Laboral	11	10.19%
9	Direito do Imigrante	1	0.93%
10	Direito do Consumidor	1	0.93%
11	Direito à Justiça	7	6.48%
12	Direitos do Idoso	2	1.85%
13	Direito à Identidade e Registo de Nascimento	1	0.93%
14	Discriminação	1	0.93%
15	LGBTI-Discriminação/Violência Homofóbica	2	1.85%
16	Bem Estar	1	0.93%
17	Propriedade	1	0.93%
18	Cidadãos retidos em outras ilhas	2	1.85%
19	Violência Baseana no Género	1	0.93%
20	Proteção Social	5	4.63%
21	Apoio Social	3	2.78%
22	Direito ao Saneamento e segurança	1	0.93%
23	Direito das Pessoas com Deficiência	1	0.93%
24	Direito à indemnização do Estado	1	0.93%
25	Direito à vida	1	0.93%
26	Outros	3	2.78%
TOTAL		**108**	**100**

Das 108 denúncias recebidas, 10 (9.25%) foram concluídas e 90.74% continuam a ser seguidas pela CNDHC.

Avaliação:

Numa breve análise a esta atribuição da CNDHC, podem-se identificar alguns aspetos positivos sentidos durante o ano de 2020, nomeadamente: um maior foco da equipa das denúncias na receção e tratamento das denúncias, devido à suspenção de outras atividades, nomeadamente as de promoção, devido à pandemia da Covid 19; boa sinergia entre a equipa; funcionamento em dupla de jurista e técnico social; finalização do procedimento para a receção e tratamento das denúncias; a diversificação de meios para a receção das denúncias (messenger; chamadas telefónicas, Linha Verde, sms e e-mail); e uso das redes sociais para a divulgação do serviço de atendimento e tratamento das denúncias.

Entretanto, reconhece-se que alguns aspetos poderiam fortalecer ainda mais este aspeto, nomeadamente: o engajamento do Grupo de Trabalho das denúncias no tratamento dos casos; e o engajamento dos Pontos Focais Municipais na identificação e fornecimento de respostas nalguns momentos.

Além disso, há aspetos que provocaram constrangimentos para uma melhor eficácia neste ponto, tais como: a inexistência de um programa informático para registo e tratamento das denúncias recebidas; a insuficiente aplicação do Procedimento para a

receção e tratamento das denúncias; a insuficiente divulgação do Sistema Participa Cidadão (Linha Verde para receção de denúncias); e uma diminuição substancial dos atendimentos presencias (Estado de Emergência).

Refira-se ainda: a não aprovação do novo Estatuto da CNDHC prevendo o dever de colaboração das entidades; o fraco *feedback* das entidades visadas nas denúncias; e diminuição do feedback e concertação com as instituições visadas e de reposição de direitos devido ao teletrabalho e indisponibilidade de alguns serviços.

Elaboração de Recomendações ao Governo

O artigo 6º do Estatuto da CNDHC indica que, no âmbito das suas atribuições, a instituição pode, por iniciativa própria, examinar e formular recomendações em relação à legislação nacional e às políticas públicas relativas aos Direitos Humanos, Direito Internacional Humanitário e Cidadania e elaborar estudos e pareceres sobre tratados na área dos Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário que Cabo Verde tenha interesse em ratificar ou aderir.

Durante o ano de 2020, a CNDHC elaborou e submeteu ao Governo um total de quatro recomendações, sendo que no mesmo ano uma foi acatada, conforme tabela abaixo discriminada:

Recomendações ao Governo em 2020

N.º	RECOMENDAÇÃO	DATA	ENTIDADE VISADA
1	Recomendação sobre as pessoas privadas de liberdade e em confinamento compulsivo ou isolamento durante o Estado de Emergência devido à Covid 19	6 de abril	Primeiro-Ministro Ministério da Justiça e Trabalho
2	Recomendação sobre o Direito à Habitação	15 de junho	Primeiro-Ministro Ministério das Infraestruturas, do Ordenamento do Território e Habitação
3	Recomendação sobre a criação de procedimentos eficazes à investigação interna, em casos de abuso de autoridade e agressão policial	27 de outubro	Ministério da Administração Interna
4	Recomendação sobre a humanização nos serviços hospitalares	16 de dezembro	Primeiro-Ministro Ministério da da Saúde e Segurança Social

Convenção dos Direitos da Criança: CNDHC congratula-se com aprovação para ratificação do Protocolo Facultativo sobre Procedimento de Comunicação

No seguimento de uma Recomendação ao Governo feita pela CNDHC em 2018, Cabo Verde iniciou em 2020 o processo de ratificação do Protocolo Facultativo à

Convenção dos Direitos da Criança relativo à instituição de um Procedimento de Comunicação.

A informação consta na Resolução nº 158/IX/2020, publicada no Boletim Oficial de 26 de março de 2020, que "aprova, para ratificação", o referido Protocolo, adotado em Nova Iorque em 19 de dezembro de 2011.

Com a aprovação do documento, as crianças e organizações cabo-verdianas poderão dialogar diretamente com o Comité das Nações Unidas para os Direitos das Crianças, apresentando queixas de violação dos direitos consagrados na Convenção sobre os Direitos da Criança e nos seus dois primeiros Protocolos Facultativos (o relativo à Venda de Crianças, Prostituição Infantil e Pornografia Infantil e o relativo à Participação de Crianças em Conflitos Armados).

Elaboração de pareceres

A CNDHC tem como uma das atribuições a elaboração de pareceres "solicitados ou por iniciativa própria, sobre qualquer diploma em matéria de Direitos Humanos ou Direito Internacional Humanitário, que sobre eles tenha implicações, já em vigor ou em elaboração".

Em 2020, por solicitação da Assembleia Nacional, foram emitidos pareceres sobre asuntos diversos, conforme a tabela seguinte.

Elaboração de Pareceres em 2020

N.º	PARECERES	DATA
1	Proposta de Lei que estabelece as normas de qualidade e segurança em relação à dádiva, colheita, análise, processamento, preservação, armazenamento e distribuição de órgãos, tecidos e células de origem humana.	junho
2	Proposta de Lei que procede à terceira alteração do Código do Processo Penal aprovado pelo decreto-Legislativo nº 2/2005, de 7 de fevereiro e da Proposta de Lei que procede À quarta alteração do Código Penal, aprovado pelo Decreto-Legislativo nº 4/2003, de 18 de novembro.	julho
3	Proposta de Lei sobre Crimes de Agressão e Abuso Sexual Contra Crianças e Adolescentes.	outubro
4	Proposta de Lei que define o regime jurídico de prevenção e atenção integral ao vírus da imunodeficiência humana e a síndrome da imunodeficiência adquirida (VIH-SIDA).	novembro

Mecanismo Nacional de Prevenção da Tortura

Enquanto Mecanismo Nacional de Prevenção da Tortura, a CNDHC realizou diversas ações ao longo do ano de 2020, no contexto da pandemia. Recorde-se que o MNP tem como principal missão a prevenção da tortura e outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou o MNP degradantes em locais de privação de liberdade, incluindo estabelecimentos prisionais, esquadras policiais, estruturas de saúde, entre outras.

Reuniões

Durente o ano de 2020, o MNP submeteu ao Ministério da Justiça e Trabalho e à AssembleiA Nacional o seu primeiro relatório de atividades, referente ao ano de 2019. Além de uma descrição das atividades realizadas, o documento inclui ainda uma série de recomendações às entidades competentes com vista à prevenção da tortura e outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes em locais de privação de liberdade.

No seguimento, o MNP realizou uma série de reuniões internas para preparação e avaliação das atividades, nomeadamente:

3 de março de 2020 – preparação de ações para 2020

16 de junho de 2020 - reunião virtual para analisar queixas e programar próximos passos

Durante o encontro, foram analisadas algumas queixas relacionadas com os estabelecimentos prisionais e com outros espaços equiparados. Além disso, foi feita uma análise de situações e medidas relacionadas com o impacto da pandemia da Covid 19 em Cabo Verde. A agenda incluiu ainda uma discussão sobre a reprogramação das atividades para o ano.

Visitas

Ao longo de 2020, o MNP realizou deslocações a diversas ilhas, com o objetivo de visitar locais de privação de liberdade, incluindo estabelecimentos prisionais, esquadras policiais, instituições de acolhimento de doentes mentais e jovens em conflito com a lei.

Além de visitar os espaços físicos e falar com os utentes ou reclusos, com os funcionários e com os diretores das instituições, as visitas tiveram ainda como objetivo avaliar as medidas adotadas no âmbito dos Planos de Contingência relacionados com a Covid 19.

Seguem algumas imagens dos locais visitados. Refira-se que, no final de todas essas visitas, foram elaborados relatórios com recomendações às entidades competentes
.

24 de abril – Hospital Psiquiátrico da Trindade

30 de abril – Centro Socioeducativo Orlando Pantera

5 de Junho - Hospital de campanha no Estádio Nacional (que acolheu infetados por Covid 19)

30 de junho – Cadeia Central da Praia

13 a 16 de setembro – ilha do Sal

13 a 16 de outubro –ilhas do Fogo e Brava

9 a 11 de novembro –ilha de Santo Antão

12 a 15 de novembro – deslocação à ilha de São Vicente

Encontros

O MNP reuniu-se ainda com diversas entidades, com o objetivo de apresentar algumas preocupações relacionadas com as estruturas de privação de liberdade no país. Seguem imagens dos encontros realizados.

20 de outubro – Direção Nacional da Polícia Nacional

23 de outubro – Procurador Geral da República

5 de novembro - Diretor Geral dos Serviços Prisionais e Reinserção Social

24 de novembro – Ministra da Justiça e Trabalho

Refira-se que o MNP elabora anualmente o seu relatório de atividades, que é depois entregue ao Ministério da Justiça e Trabalho e ao Presidente da Assembleia Nacional.

Avaliação: a nível, geral, pode-se dizer que o MNP teve um excelente desempenho durante o ano de 2020. No context da pandemia e do Estado de Emergência, a estrutura manteve-se muito ativa e a acompanhar o panorama nos locais de privação de liberdade em todo o país. No entanto, as limitações orçamentais e de recursos humanos constituem ainda alguns desafios para o reforço da estrutura.

11- Estudos e Seminários

Durante o ano de 2020, a CNDHC realizou três estudos, com temas diversos:

- Estudo sobre o conhecimento e aplicação das convenções internacionais de direitos humanos (com o financiamento da União Europeia, através do projeto "Promover os direitos humanos e laborais através do Sistema de Preferências Generalizadas +" e do Escritório Comum das Nações Unidas em Cabo Verde);

- Estudo sobre o exercício da cidadania/acesso à saúde (financiado pelo Escritório Comum das Nações Unidas em Cabo Verde);

- Estudo sobre a situação social e jurídica das minorias de Orientação Sexual (financiado pela Embaixada dos Estados Unidos da América em Cabo Verde).

Refira-se que o primeiro estudo já se encontra publicado depois de, a 29 de Janeiro, ter sido realizado um atelier de socialização da versão preliminar dos resultados, com o objetivo de recolher subísios para a elaboração de um Plano de Ação com vista a um maior conhecimento, aplicação e utilização das Convenções por magistrados, advogados e parlamentares.

O ato de abertura foi presidido pela Ministra da Justiça e Trabalho, Janine Lélis, contando ainda com as intervenções da Presidente da CNDHC, Zaida Morais de Freitas, e da Embaixadora da União Europeia em Cabo Verde, Sofia Moreira de Sousa.

Os outros dois estudos encontram-se em fase de conclusão.

12 – Coordenação do II Plano Nacional de Ação para os Direitos Humanos e a Cidadania 2017-2022

O II PNADHC foi aprovado pelo Conselho de Ministros através da Resolução nº 127/2017 de 17 de novembro, e a CNDHC é a entidade que tem a atribuição de fazer o seguimento da implementação das medidas previstas no documento.

Neste sentido, a instituição tem promovido a realização de encontros com os setores com responsabilidade na implementação das 186 ações previstas. Além de conhecer o estado de implementação das medidas, os encontros têm como finalidade sensibilizar as entidades para a adoção das medidas.

Durante o ano de 2020, a Coordenadora da implementação do II PNADHC, Carla Semedo, reuniu-se com alguns setores, nomeadamente com o Diretor Nacional da Saúde, Artur Correia, e com a Presidente da Comissão Nacional de Eleições, Maria do Rosário Pereira.

COOPERAÇÃO E PARCERIAS

Cooperação e Parcerias

Ao longo do ano de 2020, a CNDHC procurou reforçar parcerias com diversas entidades, através da assinatura de protocolos ou da participação em atividades de parceiros.

1- Assinaturas de Protocolo

Protocolo com a Casa do Cidadão

A CNDHC assinou um protocolo com a Unidade de Gestão da Casa do Cidadão (UGCC) para que os cidadãos possam solicitar informações e apresentar denúncias de violações de direitos humanos através da Linha Verde 8002008.

O ato decorreu a 12 de março de 2020 e teve como objetivo promover a disponibilização de informações sobre a CNDHC e a receção de denúncias de situações de violação de direitos humanos através dos vários canais de comunicação da UGCC. Além disso, a CNDHC deverá formar, capacitar e fornecer informações atualizadas em matéria de Direitos Humanos e Cidadania para os colaboradores do Service Center da UGCC.

O acordo abrange os seguintes serviços: disponibilização do *Service Center* - Linha Verde 8002008 e Aplicação do Sistema Participa Cidadão, para efeitos de encaminhamento de denúncias, sugestões e reclamações, relativamente à violação dos Direitos Humanos; e utilização dos canais de comunicação (Facebook, Instagram, youtube, portal "PortonDiNosIlha") da UGCC, para a promoção e reforço dos valores e respeito pelos Direitos Humanos e divulgação das campanhas e atividades relacionadas com os Direitos Humanos e a Cidadania.

Protocolo de cooperação com Observatório Cidadania Ativa

A assinatura decorreu no dia 24 de agosto, com o objetivo de promover a colaboração e articulação entre as duas entidades, no âmbito de uma ação conjunta de promoção da educação para a cidadania, visando sensibilizar a população sobre os seus direitos e deveres.

O acordo prevê: a apresentação de propostas de atividades de sensibilização em matéria de exercício da cidadania; a realização de ações de sensibilização sobre Direitos Humanos; e a disponibilização de Técnicos ou representantes de cada uma das entidades para participar nas ações de sensibilização. Com essas ações, pretende-se contribuir para que os cabo-verdianos estejam cada vez mais conscientes e que promovam o exercício da cidadania.

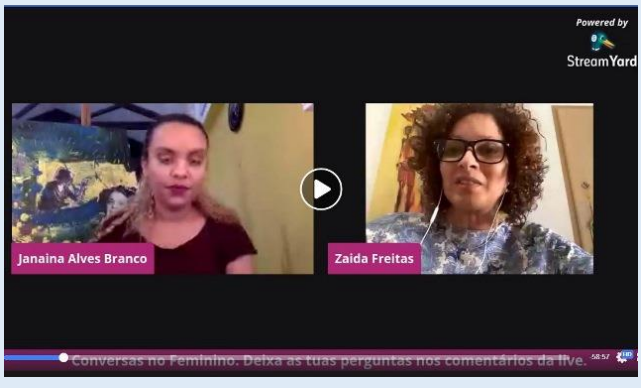
O Observatório Cidadania Ativa é uma organização não governamental, com carácter pedagógico cuja atuação centra-se na educação para a cidadania tendo em vista conscientizar os cidadãos sobre os seus direitos e deveres.

2- Participações em atividades de parceiros

Conversas no Feminino

A Presidente da CNDHC participou no dia 22 de maio de 2020 num espaço de conversas online criado por Janaína Alves. Durante a conversa, a dirigente dabordou alguns aspetos relacionados com a proteção dos direitos humanos no contexto da pandemia da covid 19 e não só.

“Conversas no Feminino” foi uma iniciativa da atriz e Directora da Academia Livre de Artes Integradas do Mindelo (ALAIM), Janaína Alves, que promoveu conversas online com mulheres de várias áreas em Cabo Verde.



Covid 19/ Inquérito sero-epidemiológico da infeção por SARS-CoV-2 em Cabo Verde.

A Presidente da CNDHC integrou uma equipa do Comité Nacional de Ética em Pesquisas para a Saúde (CNEPS) para acompanhar no terreno o Inquérito sero-epidemiológico.

A comitiva acompanhou o processo de realização da pesquisa no dia 29 de junho de 2020, tendo tido a oportunidade de observar o trabalho desenvolvido pela equipa de inquiridores em localidades e bairros dos concelhos de São Domingos e da Praia. Posteriormente, foi elaborado um relatório com algumas recomendações para a melhoria do processo.

Refira-se que a CNDHC é membro do CNEPS, pelo que a Presidente participa mensalmente nas reuniões daquela entidade, emitindo igualmente pareceres sobre aspetos relacionados com a ética nas pesquisas na área da saúde.

Participação em conversa virtual promovida pela Universidade de Cabo Verde

“Direitos Humanos em situação de Confinamento” foi o tema abordado numa das edições de Ciclo de Conversas online, com a participação da Presidente da CNDHC.

A dirigente referiu as atividades e medidas que a CNDHC tem adotado no contexto da Covid 19 em Cabo Verde, no sentido de assegurar o respeito pelos direitos humanos.

O Ciclo de Conversas “Mudanças e Intervenção em Tempo de Pandemia” foi promovido pela Universidade de Cabo Verde, através do Centro de Investigação e Formação em Género e Família (CIGEF) e da Coordenação da Graduação em Ciências Sociais.

Participação no Debate Estratégico sobre Justiça e Paz Social

No âmbito do evento, a Presidente da CNDHC fez uma apresentação intitulada “Análise crítica dos conceitos de proteção dos Direitos Humanos e o seu resguardo a todos os níveis nos diversos setores do Estado e da Sociedade Civil no horizonte 2030”.

A sessão decoreu no dia 7 de julho, num painel intitulado “Promoção dos Direitos Humanos e Garantia do acesso à Justiça e ao Direito”, num evento, promovido pela Direção Nacional do Planeamento no âmbito do Exercício Cabo Verde Ambição 2030.

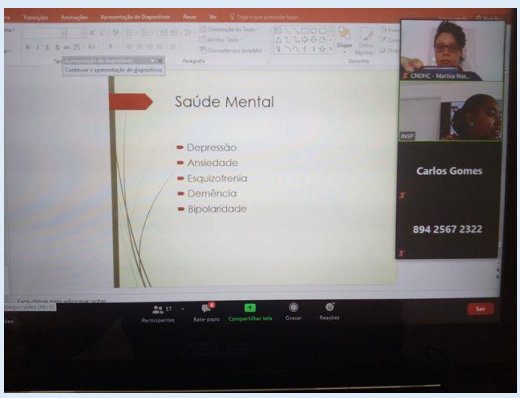
Participação no Atelier de Socialização do Plano Estratégico para a Saúde Mental

A Presidente da CNDHC foi uma das oradoras do evento, que decorreu no dia 20 de julho, com a participação de várias entidades ligadas à área. Durante a sua intervenção, Zaida Morais de Freitas destacou a importância do documento para a promoção e proteção dos direitos humanos e dignidade das pessoas com problemas de saúde mental, pois "irá contribuir para a necessária mudança de paradigma, para a melhoria da qualidade de vida, cidadania, garantia de direitos, e consequentemente o avanço da saúde mental".

Participação em "Formação dos Agentes Comunitários de Saúde" com módulo sobre Direitos Humanos e Cidadania

A CNDHC foi uma das entidades convidadas para ministrar módulos na formação, que decorreu de 10 a 17 de agosto, em formato videoconferência. No dia 12 de agosto, a Técnica Marísia Nascimento ministrou um Módulo sobre "Direitos Humanos" e um sobre "Cidadania e Saúde".

O evento foi promovido pelo Instituto Nacional de Saúde Pública, com o apoio das Delegacias de Saúde.



Outras atividades

Segue uma lista com indicação de outras atividades presenciais e online em que a instituição participou, promovidas por entidades parceiras:

- Reuniões mensais do Comité Nacional de Ética em Pesquisas para a Saúde (CNEPS);
- Atelier de Socialização e recolha de subsídios do Anteprojeto de Lei sobre os Crimes de AES contra Crianças e Adolescentes - 10 de março;
- Reunião Ordinária do Conselho Intersectorial da Comissão de Coordenação do Álcool e outras Drogas – 16 de dezembro;
- VIIIª Reunião Ordinária do Conselho Nacional da Imigração - 18 de dezembro de 2020 - Dia Internacional dos Migrantes;
- Ciclo de Webinars, sob o lema "Ministério Público na Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças", realizado pelo Ministério Público – 24 a 27 de novembro.

MISSÕES INTERNACIONAIS

Missões Internacionais

Ao longo do ano de 2020, e devido ao contexto mundial, a CNDHC realizou apenas duas missões internacionais. No entanto, a instituição participou em diversos eventos internacionais realizados de forma virtual.

1- Formação sobre "Treinamento sobre o Sistema Penitenciáro" - Estados Unidos da América

A convite da Embaixada dos Estados Unidos da América em Cabo Verde, a Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania participou de 3 a 14 de fevereiro numa formação sobre "Treinamento sobre o Sistema Penitenciário".

O objetivo foi promover o conhecimento do sistema norte-americano para identificar o que poderá ser aplicável em Cabo Verde. O programa incluiu a abordagem de temas como a gestão de um estabelecimento prisional, nomeademante o processamento, classificação e gestão dos reclusos e o acesso a programas e serviços.

A CNDHC foi representada pelo Assessor Jurídico, Arlindo Sanches, que integrou a equipa de Cabo Verde constituída ainda por sete técnicos da Direção Geral dos Serviços Penitenciários e de Reintegração Social (DGSPRS).

A formação foi promovida pela Secretaria do Departamento de Estado da Narcóticos Internacional e dos Assuntos Policiais e decorreu em Canon City, Colorado.

2- Estágio do Mecanismo Nacional de prevenção da Tortura – Portugal

De 17 a 22 de fevereiro, cinco membros do Mecanismo Nacional de Prevenção (MNP) da Tortura realizaram um estágio em Portugal, resultado de uma parceria com a Provedoria de Justiça portuguesa.

A missão teve como principal objetivo reforçar as competências dos membros do MNP de Cabo Verde, empossados em meados de 2019. Para isso, procurou-se conhecer a experiência daquela instituição, enquanto MNP em Portugal, e realizar algumas visitas conjuntas para ver *in loco* como é a sua atuação.

O programa inclui vários encontros de trabalho e iniciou com uma formação ministrada pela Provedoria de Justiça, em que foram abordados diversos temas relacionados com o funcionamento de um MNP, nomeadamente a preparação e realização de visitas a estruturas de detenção, a elaboração de relatórios, entre outros.

Durante a estadia, a comitiva reuniu-se com diversas entidades e realizou visitas a vários locais. Na Cidade do Porto, visitaram a Unidade Habitacional de Santo António (que acolhe Migrantes), o Centro Tutelar Educativo de Santo António e o Estabelecimento Prisional junto à Polícia Judiciária.

Em Lisboa, foram realizados encontros e visitas à Direção Geral dos Serviços Prisionais, ao Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa – Hospital Júlio de Matos,

3- Participação em eventos internacionais virtuais

Segue uma lista dos eventos internacionais online em que a CNDHC participou ao longo do ano de 2020, promovidos por diversas entidades e redes de que a instituição é parte:

- Webinar para mecanismos preventivos nacionais e outros órgãos de controle sobre o lema" Monitoramento em tempo de crise de saúde: troca de experiência e prática no contexto da Covid-19", organizado pela Associação de Prevenção da Tortura – 2 de abril 2020

- Webinar sobre Monitoramento de locais de detenção e o Princípio de "não causar danos": Da Teoria para a prática, organizado pela APT – 23 de abril de 2020

- Dilemas na prática do Mecanismo Nacional de Prevenção: entrevistas durante o COVID-19 - Um workshop "Slack" para MNP, organizado pela APT - 26 a 27 de maio de 2020

- Uso excessivo da força pelos oficiais da polícia nas medidas de luta contra o COVID-19, organizado pela Rede de Instituições Nacionais Africanas de Direitos Humanos (RINADH) – 10 de junho 2020

- Respostas das Instituições Nacionais de Direitos Humanos e Organizações da Sociedade Civil à Pandemia COVID-19 nos Estados Membros da União Africana: Intervenções, Colaboração, Desafios e Lições para o Futuro – 22 de junho 2020

- Resposta das INDHs africanas à violência de género no contexto de Covid-19, organizado pela RINADH – 24 junho 2020

- Combate à tortura e maus-tratos em tempos de COVID-19: Testemunhos do terreno, organizado pelo SPT -26 de junho de 2020

- 28ª Sessão Extraordinária da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos - 29 de junho a 1 de julho de 2020

- Proteção e promoção dos direitos humanos de migrantes e refugiados durante o COVID-19: práticas e papel das instituições nacionais de direitos humanos organizado pela RINADH – 9 setembro 2020

- Fórum Político da AUC-NANHRI sobre o Estado das Instituições Nacionais de Direitos Humanos sobre o lema: Papel das Instituições Nacionais de Direitos Humanos na campanha "silenciar as armas" em África – 22 a 24 setembro de 2020

- Reunião Anual da Associação Francófona das Comissões Nacionais de Direitos Humanos (AFCNDH) – 30 de setembro de 2020

- Webinar do Centro África de Estudos Estratégicos sobre a Compreensão sobre o Crime organizado transnacional na África: Introdução ao Ìndice de Crime organizado ENACT e aprendizagem relacionada – 15 de outubro de 2020

- Lançamento do “Guia para INDH sobre a Implementação da Resolução 275” durante a 67.ª Sessão Ordinária da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos – 10 novembro de 2020

- Fórum das Instituições Nacionais de Direitos Humanos antes da 67ª Sessão Ordinária da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos - 10-12 de novembro de 2020

- Webinar do Centro África de Estudos Estratégicos sobre o Desenvolvimento Profissional:Identificando o crime organizado transnacional: quem são os actores criminosos e o que constitui um mercado criminoso – 12 de novembro de 2020

- Painel sobre o Papel das Instituições Nacionais de Direitos Humanos no Trabalho da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos – 67.ª Sessão Ordinária da Comissão Africana – 25 de novembro de 2020

- 67ª Sessão Ordinária da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos - via Zoom - 13 de novembro a 3 de dezembro de 2020

OUTRAS ATIVIDADES

Outras Atividades

Neste capítulo, pretende-se indicar outras ações realizadas pela CNDHC, nomeadamente no que refere a encontros com entidades diversas, incluindo representantes diplomáticos, entidades nacionais, organizações não governamentais, entre outras.

Os encontros tiveram como objetivos explorar possibilidades de colaboração ou discutir aspetos importantes realizados as áreas de atuação da CNDHC.

16 de janeiro - Encontro com a Coalizão Cabo-verdiana dos Direitos da Criança

28 de janeiro - Encontro com a Direção Nacional do Planeamento

4 de fevereiro de 2020 - Encontro com a Comissão Nacional de Eleições

7 de fevereiro - Encontro com Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente

13 de fevereiro - Encontro com Centro para Energias Renováveis e Eficiência Energética (ECREEE) da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)

14 de fevereiro - Encontro com a Embaixadora de Espanha

3 de março - Encontro com a Universidade de Cabo Verde

4 de março - Encontro com a Direção Geral de Apoio ao Processo Eleitoral (DGAPE)

5 de março - Encontro com a Encarregada de Negócios do Luxemburgo

5 de março - Encontro com Teresa Mascarenhas

6 de março – Encontro com a Querqus Cabo Verde

10 de março – Encontro com o Presidente da Comissão Especializada de Direitos Humanos da Assembleia Nacional

20 de maio – Encontro com o Presidente da República

17 de julho – Encontro com a Presidente do Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente

18 de agosto – Encontro com o Embaixador de Portugal em Cabo Verde

2 de outubro – Encontro com Associação de Pais e Amigos de Crianças e Jovens com Necessidades Especiais (Colmeia)

6 de outubro – Encontro com consultor da avaliação do Plano Nacional de Combate à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes para o período de 2017-2019

12 de outubro - Encontro com a Delegação da União Europeia em Cabo Verde

30 de novembro – Encontro com a Diretora Nacional da Educação

2 de dezembro - Encontro com o Provedor de Justiça

3 de dezembro – Encontro com o Magistrado de ligação regional da França

16 de dezembro – Encontro com a Representante Permanente de Cabo Verde junto do Escritório das Nações Unidas em Genebra, Suíça

COMUNICAÇÃO E IMAGEM

Comunicação e Imagem

A CNDHC possui uma página web (www.cndhc.org.cv), uma conta institucional na rede social Facebook (@CNDHCCV) e um canal no Youtube (@CNDHC Cabo Verde) utilizados para a divulgação e promoção institucional e para fins educativos.

CNDHC nos Media em 2020

Habitualmente, a CNDHC possui uma significativa presença nos meios de comunicação social, seja através da cobertura de eventos promovidos pela instituição seja através de entrevistas solicitadas pelos media sobre as áreas de atuação e sobre situações concretas.

No âmbito da pandemia da Covid 19, a comunicação assumiu um papel fundamental para reforçar a divulgação dos canais através dos quais a população poderia contactar a instituição para a denúncia de situações de violação de direitos humanos.

Além disso, através dos media foram igualmente divulgados os materiais produzidos para promover a cidadania no âmbito do combate à Covid 19.

Por fim, através de comunicados e entrevistas concedidas a diversos media, a CNDHC foi chamando a atenção para a necessidade de respeito pelos direitos humanos no âmbito das medidas adotadas para combater a pandemia.

Neste âmbito, a instituição concedeu entrevistas a diversos programas rediofónicos e televisivos.

Destaque-se a participação no programa “Em Debate” na Televisão de Cabo Verde (TCV), que no dia 10 de dezembro abordou o tema “Os Direitos Humanos em tempos de pandemia”.

Refira-se ainda uma reportagem publicada pelo Jornal A Nação, que frisa os constrangimentos da fiscalização dos direitos humanos em Cabo Verde, com foco nas condições de funcionamento e na atuação da CNDHC enquanto Instituição Nacional de Direitos Humanos.

Segue um *clipping* representativo da presença da CNDHC nos media durante o ano de 2020.

Estudo mostra que aplicação das convenções internacionais de direitos humanos ainda é fraca em Cabo Verde

Por AILSON MARTINS, RÁDIO MORABEZA, 29 Jan 2020 14:45

CNDHC e Casa do Cidadão assinam protocolo de cooperação para disponibilização de informações gratuitas sobre CNDHC

Março 12, 2020 6:53 pm

Cidade da Praia, 12 Mar (Inforpress) – A CNDHC e a Casa do Cidadão assinaram hoje um protocolo de cooperação para que os cidadãos possam solicitar informações gratuitas sobre a CNDHC e apresentar pú/ denúncias de violações de direitos humanos através da Linha Verde 8002008

"Apesar dos problemas com a pandemia a promoção dos direitos humanos em Cabo Verde obteve ganhos", diz Zaida Freitas

CNDHC quer criar observatório nacional de suporte produção de relatórios

ASemana

English

Sexta-feira 19 Fevereiro 2021

ACOLHIMENTO | ASEMANA | CABO VERDE | 100% PRÁTICO | CULTURA

SERÁ NOTÍCIA

Comissão Nacional de Direitos Humanos envia recomendação ao Governo com foco nas pessoas privadas de liberdade e nas em confinamento compulsivo ou isolamento

15 Abril 2020

No âmbito da sua atuação, enquanto Mecanismo Nacional de Prevenção da Tortura, a Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania (CNDHC), entidade com o mandato de monitoramento dos direitos humanos em Cabo Verde, enviou uma Recomendação ao Governo, que diz respeito às medidas a serem adotadas para fazer face à pandemia da Covid-19 no país.

Segundo um comunicado enviado a este diário digital, a Recomendação centra-se, sobretudo, nas pessoas que, devido à sua condição de vulnerabilidade, carecem de cuidados especiais, nomeadamente as privadas de liberdade e aquelas que se encontram em confinamento compulsivo ou isolamento. "Além disso, refere outros aspetos relacionados com a atuação das forças policiais e militares durante o Estado de Emergência", diz o documento.

Comissão cabo-verdiana pede medidas urgentes para garantir direito à habitação

A Comissão Nacional para os Direitos Humanos e Cidadania (CNDHC) de Cabo Verde considerou hoje deficitário o direito à habitação no país e recomendou ao Governo uma abordagem diferente e medidas urgentes e adequadas.

A recomendação foi enviada ao Governo em 15 de junho e tornada pública hoje, depois de a Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania ter recebido denúncias sobre ações relacionadas com o acesso à habitação no país.

Na carta enviada ao primeiro-ministro, Ulisses Correia e Silva, e à ministra da Habitação, Eunice Silva, a presidente da CNDHC, Zaida Freitas, lembrou que a habitação é um direito humano fundamental consagrado na Constituição da República de Cabo Verde e nos principais instrumentos internacionais.

A mesma fonte enunciou vários artigos destes documentos e apontou várias políticas nos últimos anos na tentativa de promover o direito à habitação adequada no país, mas considerou que "a efetivação do direito à habitação condigna em Cabo Verde ainda é deficitária".

"Persistem assentamentos informais, casas construídas clandestinamente, barracas em locais com infraestruturas precárias, sem condições adequadas de habitabilidade, em situação de posse insegura, com dificuldade de acesso a transportes públicos, escolas, estradas, serviços de água canalizada, casas de banho, esgoto, saneamento e eletricidade", enumerou.

Além disso, a mesma fonte sublinhou que acontecem com frequência demolições de casas e

CNDHC nas Redes Sociais

No que se refere às redes sociais, estas foram igualmente importantes para a divulgação das atividades da CNDHC, mas também para a receção de denúncias de violação de direitos humanos.

Durante o ano de 2020, notou-se um aumento das visualizações, gostos, partilhas e mensagens enviadas para a página do Facebook da instituição.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

Execução Financeira

O presente relatório pretende apresentar de forma sucinta a situação da execução financeira da Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania (CNDHC) relativa ao ano de 2020.

O orçamento da CNDHC é financiado pelo Tesouro no âmbito do Orçamento Geral do Estado (OGE) e tem enquadramento no Programa do Governo "Justiça e Paz Social".

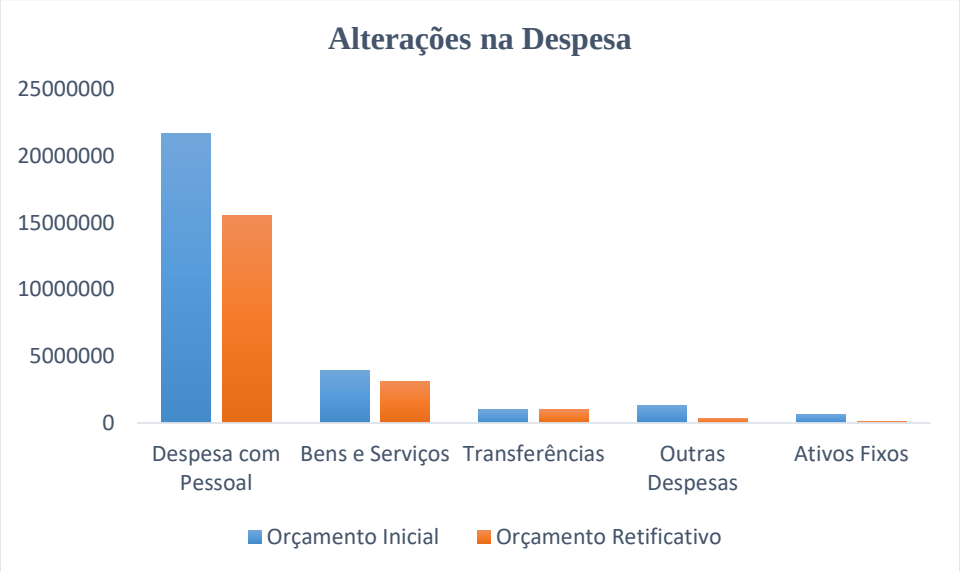
A dotação inicial do orçamento para 2020 foi de 28 556 473 CVE, dotação esta que sofreu alteração com a retificação devido à pandemia da COVID-19.

A Tabela 1 seguinte, apresenta o orçamento retificativo para 2020 por rubricas.

Tabela 1 – Orçamento Retificativo para 2020

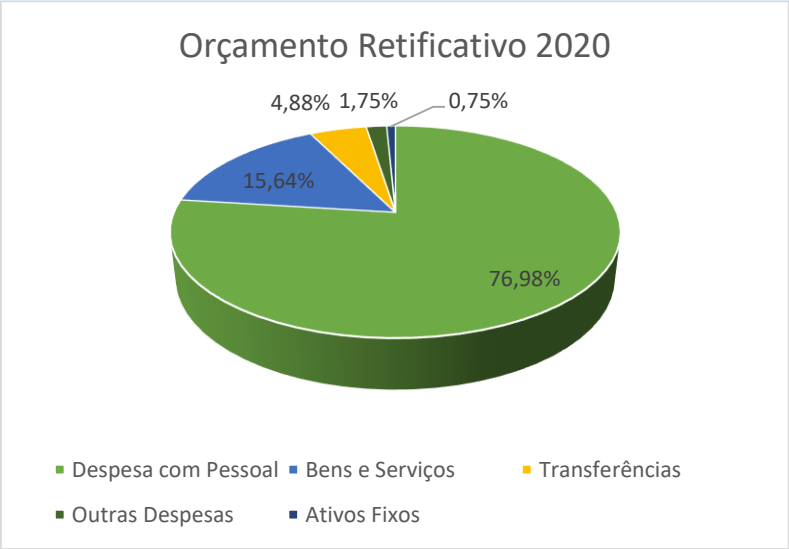
Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania	Soma de Total Inicial	Soma de Orçamento Retificativo
02.01 - Despesa com Pessoal	**21 666 560**	**15 520 813**
02.01.01.01.03 - Pessoal Contratado	12 249 183	12 249 183
02.01.01.02.02 - Subsídios Permanentes	840 000	840 000
02.01.01.02.04 - Gratificações Eventuais	540 000	540 000
02.01.01.02.07 - Formação	200 000	54 253
02.01.01.02.09 - Outros Suplementos e Abonos	6 000 000	0
02.01.02.01.01 - Contribuições para a Segurança Social	1 837 377	1 837 377
02.02 - Aquisição de Bens e Serviços	**3 959 833**	**3 152 357**
02.02.01.00.05 - Material de Escritório	200 000	164 304
02.02.01.00.09 - Material de Transporte - Peças	36 000	36 000
02.02.01.01.02 - Combustíveis e Lubrificantes	330 000	133 375
02.02.01.01.03 - Material de Limpeza, Higiene e Conforto	60 000	60 000
02.02.01.09.09 - Outros Bens	50 000	26 100
02.02.02.00.01 - Rendas e Alugueres	100 000	100 000
02.02.02.00.02 - Conservação e Reparação de Bens	350 000	350 000
02.02.02.00.03 - Comunicações	425 000	425 000
02.02.02.00.05 - Água	150 000	150 000
02.02.02.00.06 - Energia Elétrica	350 000	350 000
02.02.02.00.07 - Publicidade e Propaganda	200 000	200 000
02.02.02.00.08 - Representação dos Serviços	100 000	24 686
02.02.02.00.09 - Deslocação e Estadas	1 050 000	574 059
02.02.02.01.00 - Vigilância e Segurança	258 833	258 833
02.02.02.01.03.01 - Assistência Técnica - Residentes	200 000	200 000
02.02.02.09.09 - Outros Serviços	100 000	100 000
02.06 - Transferências	**983 080**	**983 080**
02.06.02.01.01 - Quotas a Organismos Internacionais Correntes	983 080	983 080
02.08 - Outras Despesas	**1 290 000**	**353 157**
02.08.01 - Seguros	40 000	40 000
02.08.02.01.09 - Id Outras Correntes	1 250 000	313 157
03.01.01 - Ativos Fixos	**657 000**	**151 848**
03.01.01.02.03.01 - Equipamento Administrativo - Aquisições	657 000	151 848
	28 556 473	**20 161 255**

Gráfico 1 - Alterações na Despesa – Orçamento Inicial vs Retificativo



O Gráfico 2 apresenta o orçamento retificativo para 2020 por grandes rubricas.

Gráfico 2 – Síntese da proposta do OE-2020



O montante global das despesas sofreu uma diminuição de 8 395 218 CVE, sendo o decréscimo maior correspondente às rubricas **Despesas com Pessoal** e **Outras Despesas**.

A rubrica **Despesa com Pessoal** registou uma diminuição de 6 145 747 CVE, passando de uma dotação de 21 666 560 CVE para 15 520 813 CVE, sobretudo, devido à anulação da rubrica "Outros Suplementos e Abonos". O montante da referida rubrica seria destinado à implementação parcial do Estatuto da CNDHC, caso esta fosse aprovada.

Do mesmo modo, as **Aquisições de Bens e Serviços** registaram uma diminuição de 807 476 CVE. A previsão inicial foi de 3 959 833 CVE passando para 3 152 357 CVE.

O valor da rubrica **Transferências** (Quotas a Organismos Internacionais Correntes), manteve-se constante.

A rubrica **Outras Despesas** passou de um valor inicial de 1 290 000 CVE, para um valor retificado de 353 157 CVE. A diminuição ocorreu na rubrica "Id-Outras Correntes" cujo montante foi de 936 843 CVE.

A rubrica **Ativos Fixos** sofreu uma diminuição de 505 152 CVE.

Execução Financeira

Exercício de 2020

O orçamento da CNDHC para 2020 foi de 20 161 255 CVE.

A

Tabela ***2*** elucida o resumo da execução financeira referente ao ano de 2020, por categoria.

Tabela 2 – Execução do OE-2020

			VARIAÇÃO				
Rubrica Económica	**Designação**	**Previsto**	**(+)**	**(-)**	**Atual**	**Realizado**	**Saldo**
02.01.01.01.03	Pessoal Contratado	12 249 183			12 249 183	10 818 570	1 430 613
02.01.01.02.02	Subsídios Permanentes	840 000			840 000	840 000	0
02.01.01.02.04	Gratificações Eventuais	540 000		365 000	175 000	175 000	0
02.01.01.02.07	Formação	54 253		18 253	36 000	36 000	0
02.01.02.01.01	Contribuição Segurança Social	1 837 377			1 837 377	1 508 772	328 605
02.02.01.00.05	Material de Escritório	164 304	56 000		220 304	220 304	0
02.02.01.00.09	Material de transporte - Peças	36 000		23 268	12 732	12 732	0
02.02.01.01.02	Combustíveis e Lubrificantes	133 375			133 375	133 375	0
02.02.01.01.03	Material de Limpeza, Higiene e C	60 000	70 000		130 000	123 378	6 622
02.02.01.09.09	Outros Bens	26 100			26 100	16 660	9 440
02.02.02.00.01	Rendas e Alugueres	100 000	36 000		136 000	135 957	43
02.02.02.00.02	Conservação e Reparação	350 000		39 126	310 874	310 874	0
02.02.02.00.03	Comunicações	425 000	100 000		525 000	446 372	78 628
02.02.02.00.05	Água	150 000		38 000	112 000	110 751	1 249
02.02.02.00.06	Energia Eléctrica	350 000		141 842	208 158	208 158	0
02.02.02.00.07	Publicidade e Propaganda	200 000		96 670	103 330	103 330	0
02.02.02.00.08	Representação dos Serviços	24 686		24 686	0	0	0
02.02.02.00.09	Deslocação e Estadas	574 059	500 000		1 074 059	934 937	139 122
02.02.02.01.00	Vigilância e Segurança	258 833			258 833	258828	5
02.02.02.01.03.01	Assistência Técnica-Residente	200 000		200 000	0	0	0
02.02.02.09.09	Outros Serviços	100 000	210 000		310 000	309 253	747
02.06.02.01.01	Quotas a Organismos Internacior	983 080	80 000		1 063 080	1 063 080	0
02.08.01	Seguros	40 000		15 244	24 756	24 756	0
02.08.02.01.09	ID-Outras Correntes	313 157		313 157	0	0	0
03.01.01.02.03.01	Equipamento Administrativo	151 848	223 246		375 094	364 640	10 454
TOTAL		**20 161 255**	**1 275 246**	**1 275 246**	**20 161 255**	**18 155 727**	**2 005 528**

A performance de execução financeira alcançada em 2020, foi de 90.05%.

Considerando que o montante de alguns custos variáveis revelou-se insuficiente para fazer face às necessidades correntes, procedeu-se à realocação de verbas, com vista a reforçar outras rubricas com fundos suficientes para a regularização das obrigações de pagamento. O montante total realocado foi de 1 275 246 CVE.

O saldo da rubrica “Pessoal Contratado” inclui o montante previsto para efeito de pagamento dos salários de 1 (um) Técnico e 1 (um) Motorista.

A CNHDC conta atualmente com um motorista cedido pelo Ministério da Justiça e Trabalho.

Para 2020, a CNDHC previu verbas para a contratação de um técnico, cujo processo está em fase de conclusão.

CONCLUSÃO

Conclusão

Conforme é possível verificar, as atividades da CNDHC em 2020 foram profundamente condicionadas pelo contexto de pandemia da Covid 19. Ainda assim, ressalte-se todo o esforço da instituição para se adaptar a esse novo panorama.

Se, por um lado, as ações de promoção presenciais diminuíram significativamente em comparação com os anos anteriores, em consequência das restrições impostas pela pandemia, por outro, e não obstante os constrangimentos, notou-se uma intensificação e reforço das ações de proteção e da disponibilização de conteúdos nas redes sociais da instituição.

Neste âmbito, importa realçar que a limitação de recursos humanos, no que se refere ao número de funcionários, tem condicionado as respostas da instituição. Além disso, o facto de a sede da instituição se situar na Cidade da Praia e de não haverem delegações nas ilhas tem constituído um grande desafio para a consolidação da instituição a nível nacional.

Ainda assim, e devido ao contexto do ano de 2020, as novas tecnologias acabaram por ser mais utilizadas pela instituição, não só para a realização de algumas atividades que permitiram a participação de pessoas e instituições em outras ilhas, mas também para a receção e tratamento de denúncias.

Este aspeto acabou por reforçar as possibilidades que as novas tecnologias podem abrir para o funcionamento da instituição, mas também para uma maior representatividades das outras ilhas nas atividades realizadas.

Em jeito de conclusão, importa realçar que, não obstante os constrangimentos elencados ao longo deste documento, a CNDHC mantém o seu objetivo de se tornar numa instituição cada vez mais credível e consolidada a nível nacional e internacional.

ANEXOS

Plano de Atividades da CNDHC 2020

PLANO DE ATIVIDADES CNDHC 2020		Cronograma											
N.º	Atividade	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1	REFORÇO DE CAPACIDADES TÉCNICAS												
1.1	Seminários Temáticos Internos												
1.2	Formação aos Comissários e Pontos Focais em temáticas de DH (formação online; elaborar projeto para formação inicial de novos Comissários)												
1.3	Formação em Indicadores de Direitos Humanos												
1.4	Estágio membros do MNP												
1.5	Formação em Gestão de Projetos												
2	AÇÕES DE PROMOÇÃO												
2.1	Promoção DH e Cidadania (Cartilha do Ambiente, cartilha do munícipe atento e Guia do Cidadão Eleitor) - escolas, comunidades e parceiros												
2.2	Formação dos agentes de segurança prisional em DH												
2.3	Sensibilização deputados - compromissos do Estado em DH												
2.4	Divulgação da convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência												
2.5	Criação de comité para trabalhar Política Nacional de Educação para os Direitos Humanos (Formação online aos Professores em temáticas de DH e Cidadania (parceria com ME))												
2.6	Formação para associações sobre Cidadania LGBTI												
2.7	Formação Cidadania para reclusos												
2.8	Divulgação Legislação Internac./Regional Dtos Crianças												
2.9	Atividades comemorativas dia Nacional dos DH												
2.10	Atividades Direitos Humanos não vão de férias												
2.11	Palestras solicitadas por parceiros												
2.12	Formação Ativistas de DH												
2.13	Atividades comemorativas dia internacional dos DH												
2.14	Desenvolver ações junto dos jovens, idosos e pessoas com deficiência												
3	RELATÓRIOS												
3.1	Publicação II Relatório Nacional DH												
3.2	Elaboração Relatório de Atividades 2019												
3.3	Elaboração relatório MPT												
3.4	Elaboração e submissão de relatórios sobre a implementação dos instrumentos regionais												
3.5	Elaboração e submissão do relatório ao comité dos direitos das pessoas com deficiência												
3.6	Elaboração e submissão do relatório sobre a discriminação racial												
4	REFORÇO INSTITUCIONAL												
4.1	Aprovação e publicação do novo Estatuto da CNDHC												
4.2	Submissão pedido de acreditação da CNDHC junto da GANHRI												
4.3	Consultoria técnica RINADH para a acreditação da CNDHC												
4.4	Criação e Instalação do Observatório DH												
4.5	Reestruturar o Centro de Documentação da CNDHC												
4.6	Seguimento da Implementação do IIPNADHC												
4.7	Elaboração e aprovação de instrumentos de gestão (regulamentos, pccs etc)												
4.8	Elaboração de Regulamentos Internos (Prémio Nacional de Direitos Humanos, denúncias, MNP, Comissários, CC)												
4.9	Finalização do processo de afiliação junto da Comissão Africana												
5	AÇÕES DE PROTEÇÃO												
5.1	Recebimento e tratamento de denúncias, bem como atuacao da CNDHC em relacao aos casos de violacao de direitos humanos por ela detetadas diretamente												
5.2	Elaboração de recomendações ao governo (2 rec)												
5.3	Linha denúncia												
5.4	Mec. Prev.Tortura - Visitas a locais de privação de liberdade e a hospitais												
5.5	Implementação de um projeto piloto de atendimento de denúncias nas comunidades												
5.6	Workshop / Recomendação sobre alargamento da licença de maternidade e instituição da licença de paternidade												
6	ESTUDOS E SEMINÁRIOS												
6.1	Estudo: Conhecimento e aplicação Conv.Int. DH - Magist., Advog. e Parlamentares												
6.2	Estudo sobre o exercício da cidadania/ acesso à saúde												
6.3	Estudo sobre a situação social e jurídica das minorias de Orientação Sexual												
6.4	Estudo sobre os constrangimentos concretos ao direito de voto em CV												
6.5	Encontro de reflexão com a sociedade civil sobre a proteção e a promoção dos DH												
6.6	Seminário Internacional de reflexão sobre os direitos LGBTI												
6.7	Encontro de reflexão dos membros da rede das INDH da Lusofonia												
6.8	Atelier de avaliação e seguimento da implementação do II PNADHC												
6.9	Seminário Internacional sobre a implementação da CDC em Cabo Verde												
7	RELAÇÕES INTERNACIONAIS												
7.1	Reforçar as relações com as redes internacionais das INDH												
7.2	Realização de ações enquadradas na parceria com o Inst.Internacional DIH												
7.3	Participar nas sessões dos comités dos orgãos dos tratados das nações unidas												
7.4	Participar nas sessões da comissão africana dos direitos humanos e dos povos												
8	PUBLICAÇÕES												
8.1	Publicação da Brochura do Prémio Nacional Direitos Humanos												
8.2	Publicação colectanea recomendações												
8.3	Publicação colectanea instrumentos regionais e internacionais												
8.4	Publicação do relatório de atividades												
8.5	Publicação do relatório MNP												
8.6	Cartilha sobre a Justiça ?												
8.7	Documentos DH - Convenção sobre os Direitos das Crianças ?												
8.8	Documentos DH - Convenção contra a Tortura ?												
8.9	Folhetos com informações sobre o MNP												
9	REFORÇO DE PARCERIAS												
9.1	Mobilização de novas parcerias para as atividades da CNDHC												
9.2	Protocolos com Ongs, Instituições e embaixadas (CNE e Observ.Cidadania Ativa)												
9.3	Protocolos com as Universidades												
9.4	Parcerias empresas: submissão de projetos para financiamento												
10	NOVOS PROJETOS PARA FINANCIAMENTO												
10.1	Elab. Projeto sobre o voluntariado para a CNDHC												
10.2	Elaboração do Projeto Brochura DUDH para crianças												
12	COMUNICAÇÃO E IMAGEM												
12.1	Consultoria estratégia de comunicação institucional												
12.2	Consultoria Plano Estratégico da Organização												
13	PARTICIPAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS												
13.1	Coordenação do II PNADHC												
14	PLENÁRIAS												
14.1	Realização de Reuniões Plenárias												
15	REUNIÕES CONSELHO COORDENADOR												
15.1	Realização do Conselho Coordenador												
16	PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS PÚBLICOS E REPRESENTAÇÕES												
16.1	Representação da CNDHC em fóruns diversos												
16.2	Participação numa das Sessões da Comissão Africana												
16.3	Participação na Sessão da Aliança Global sobre Acreditação da CNDHC												
16.4	Membro do Comité de Ética para Saúde												
17	CONTRATAÇÕES, NOMEAÇÕES E AQUISIÇÕES												
17.1	Contratação Técnico Observatório Direitos Humanos (em andamento)												
17.2	Aquisição de uma estante para a biblioteca (em andamento)												
17.3	Contratação de um Diretor Administrativo e Financeiro												
17.4	Nomeação dos membros da Assembleia dos comissários												
17.5	Contratação/nomeação membros do conselho coordenador												
17.6	Aquisição dum programa informático para o observatório												
17.7	Aquisição de viatura												
18	OBRAS												
18.1	Realização de Obras na Cave												
18.2	Obras servidor												
19	COMEMORAÇÃO EFEMÉRIDES												
19.1													
20	MONITORAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES INTERNACIONAIS												
20.1	Estratégia de Divulgação e fiscalizacao do cumprimento das Recomendações Internacionais												
21	PAGAMENTO DAS QUOTAS INTERNACIONAIS												
22	GRUPOS TEMÁTICOS												
22.1	Reuniões e atividades de grupos temáticos dos Comissários												
23	PLANO DE ATIVIDADES												
23.1	Elaboração do Plano de Atividades 2021												

CONTACTOS

Contactos da CNDHC

Zaida Morais de Freitas
Presidente

Zaida.Freitas@cndhc.gov.cv

Arlindo Sanches
Jurista

Arlindo.S.Sanches@cndhc.gov.cv

Ilda Fortes
Assessora de Comunicação

Ilda.Fortes@cndhc.gov.cv

Marísia Nascimento
Técnica (Socióloga)

Marisia.Nascimento@cndhc.gov.cv

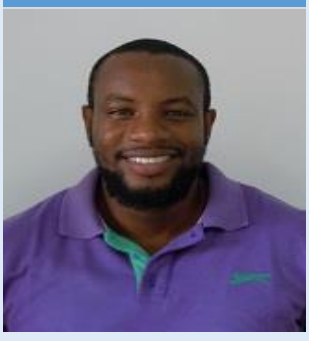
Zoraida Fortes
Técnica (Assistente Social)

Zoraida.Fortes@cndhc.gov.cv

Thelma Pereira
Jurista

Thelma.Pereira@cndhc.gov.cv

Ailton Mendes Silva
Jurista



Ailton.Silva@cndhc.gov.cv

Carla Lima Semedo
Coordenadora do II PNADHC

carla.l.semedo@cndhc.gov.cv

Domingas Lopes
Administrativa Financeira

Domingas.Lopes@cndhc.gov.cv

Jani Pina Secretária	Carla Galvão Ajudante de Serviços Gerais	Anilton Veiga Condutor
Jani.Pina@cndhc.gov.cv		

Contactos gerais

Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania

Morada: Rua Cidade do Funchal, nº 2, 1º andar, CP.191, Achada Santo António

Telefones: (+238) 2624506 – Tlm: 9979687; 5165137

Email: cndhc@cndhc.gov.cv

Website: www.cndhc.org.cv

Facebook: https://www.facebook.com/CNDHCCV

Youtube: https://www.youtube.com/channel/UCEc_ISGzwr27r9Mq2WOfB8A

CNDHC